



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL

MARIA JULIANA SANTOS
TAYNÁ CARDOSO FONTES SILVA

O TERCEIRO SETOR NO ESTÁGIO SUPERVISIONADO CURRICULAR
OBRIGATÓRIO EM SERVIÇO SOCIAL

SÃO CRISTÓVÃO/SE
2018/1

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL

MARIA JULIANA SANTOS

TAYNÁ FONTES CARDOSO SILVA

O TERCEIRO SETOR NO ESTÁGIO SUPERVISIONADO CURRICULAR
OBRIGATÓRIO EM SERVIÇO SOCIAL

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao Departamento de
Serviço Social da Universidade
Federal de Sergipe, como requisito
parcial para a conclusão do curso
de Serviço Social, sob a orientação
Prof.^a Dr.^a Maria da Conceição
Vasconcelos Gonçalves.

SÃO CRISTÓVÃO/SE
2018/1

FICHA CATALOGRÁFICA

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL

MARIA JULIANA SANTOS

TAYNÁ FONTES CARDOSO SILVA

O TERCEIRO SETOR NO ESTÁGIO SUPERVISIONADO CURRICULAR
OBRIGATÓRIO EM SERVIÇO SOCIAL

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Departamento de Serviço Social da Universidade Federal de Sergipe, como requisito parcial para a conclusão do curso de Serviço Social, sob a orientação Prof.^a Dr.^a Maria da Conceição Vasconcelos Gonçalves.

DATA DE APROVAÇÃO:

Banca Examinadora

Prof.^a Dr.^a Maria da Conceição Vasconcelos Gonçalves (Orientadora) Departamento de
Social/Universidade Federal de Sergipe

Prof.^a Dr.^a Rosangela Marques dos Santos (Examinadora) Departamento de Serviço
Social/Universidade Federal de Sergipe

Prof.^a Msc.^a Itanamara Guedes (Examinadora) Departamento de Serviço Social/Universidade
Federal de Sergipe

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, “por tudo o que tens feito e, por tudo que ainda vai fazer em minha vida”. O que seria de mim sem a fé que tenho nele. Obrigada meu pai amado! Aos meus pais de coração Vilma Almeida e Invadi Brilhante, que sempre estiveram comigo. Que me apoiaram e me deram forças nos momentos em que mais precisei. Amo vocês com todas as minhas forças. Às minhas irmãs, Régia, Raquel, Kamille, Nívia, Cleize e Kequeide, pelo companheirismo, apoio e crédito depositado. Amo vocês minhas meninas.

Aos professores e professoras que um dia cruzaram meu caminho e, me mostraram por onde eu deveria percorrer, incentivando-me a continuar sempre!

À Itanamara Guedes por acreditar em meu potencial e, sempre me motivar a prosseguir em todas as etapas desse processo (carreira profissional) que acabou de iniciar.

À minha banca Itanamara e Rosângela Marques, por ter aceitado o convite.

À minha orientadora, Maria da Conceição, carinhosamente conhecida como (Lica), pelas orientações, paciência e contribuições necessárias a elaboração desta produção.

Aos meus amigos de curso e profissão, Thamires Andrade, Marluci, Driele Silva, Juliane Santos, Roberta. Gente, vocês tornaram esse processo bem mais leve. Obrigada por cada momento compartilhado, pelas risadas, pelas saidinhas, pelo companheirismo, pelo apoio. A nós, deixo essa reflexão...

“Seria uma atitude ingênua esperar que as classes dominantes desenvolvessem uma forma de educação que proporcionasse às classes dominadas perceber as injustiças sociais de maneira crítica” (Paulo Freire).

Agradeço a minha dupla e amiga Tayná Cardoso por construir comigo dia a dia esse trabalho. Pelas horas sentadas em frente ao computador para construção de cada etapa. Mesmo com as brigas que foram inevitáveis. Ah! Claro, e por tudo que fizemos juntas no decorrer dessa caminhada. Hahahaha... Tens um lugar reservado em meu coração.

As amigas Roxane e Emanuelle e familiares que compreenderam a minha ausência em momentos tão importantes. Que me apoiaram e incentivaram-me a continuar. Sempre que precisei estenderam as mãos a me auxiliar. Vocês são demais!

“O êxito da vida não se mede pelo caminho que você conquistou, mas sim pelas dificuldades que superou no caminho” (Abraham Lincoln).

Maria Juliana Santos

Agradeço primeiramente a Deus, por ter conseguido finalizar mais uma etapa de minha jornada acadêmica, sem ele nada disso seria possível, e sei que esse foi apenas um passo dado da longa caminhada que ainda está por vir.

Aos meus pais, Marcelo e Maria que me incentivaram desde nova, sempre mostrando que o caminho dos estudos era o caminho a ser seguido.

Aos meus irmãos, Camilla, Marcelinho e Kauã, por estarem sempre ao meu lado. Principalmente, a Camilla pelos puxões de orelha quando necessário. (rsrs)

Ao meu anjo Marcelo, que foi a pessoa que mais esteve presente nesta fase, me ajudando e me apoiando na construção deste TCC. Muito obrigada!!!

Agradeço a todos os meus professores, do maternal ao ensino superior por todo aprendizado! Minha eterna gratidão mestres.

As minhas queridas professoras da banca Itanamara Guedes e Rosângela Marques. A escolha não foi aleatória. Não poderia ter escolhido melhores professoras neste momento ímpar. Obrigada por todos os ensinamentos.

Agradeço também a minha querida supervisora Maria Conceição (Lica), pela paciência e confiança depositadas. E por ter nos orientado tão bem. Muito obrigada!!

As minhas queridas colegas de curso e profissão Daiane, Roberta, Thamires, Mayara, Iza, Drielle, e Juliane. Obrigada por cada momento compartilhado.

Também não poderia esquecer de agradecer a minha querida amiga Juliana (Minha JUJUBA). Obrigada pela amizade, por não desistir quando parecia que não tinha outro caminho além desse, pela paciência e falta também. Foram muitas lutas juntas, e mais uma vez conseguimos vencer. Obrigada por tudo. Não foi fácil, mas enfim conseguimos né?!

Aos meus amigos da vida, Mila, Marília, Kleiton, Reinaldo, Edinaldo, Ronald, Kelly, Laysla, Carol, Neto, Matheus e todos os outros que me acompanharam e torceram muito por esse momento. Obrigada mesmo!!

Enfim, agradeço todas as pessoas que direta e/ou indiretamente contribuíram para que eu conseguisse concluir essa etapa com sucesso.

Tayná Cardoso Fontes Silva

RESUMO

O presente trabalho tem como temática o Serviço Social no Terceiro Setor e como objetivo de pesquisa identificar o estágio nas ONGs através dos relatórios de estágio curricular obrigatório da Universidade Federal de Sergipe. Como objetivos específicos foram definidos: contextualizar o terceiro setor no Brasil e Sergipe/ Aracaju; identificar as demandas colocadas para intervenção do estagiário de Serviço Social e analisar as avaliações expressas nos relatórios de estágio. O período de análise compreende 1995 a 2017, correspondendo a localização dos relatórios de estágio de discentes do curso de Serviço Social nessas entidades. Para isso traz no primeiro capítulo algumas considerações sobre o terceiro setor no contexto geral, no Brasil e em Sergipe. Em seguida aponta algumas características da profissão em seus primeiros anos, sinaliza os espaços sócio ocupacionais da profissão bem como apresenta algumas reflexões sobre o Serviço Social e as ONGs. Ainda é enfatizada a importância do estágio para a formação dos discentes. A pesquisa do tipo documental teve como método basilar o materialismo histórico dialético. Utilizou-se como fontes documentais os relatórios de estágio identificados no período mencionado. Sua relevância encontra-se na necessidade de aprofundar o debate sobre as atividades que o estagiário realiza dentro do espaço sócio ocupacional do terceiro setor. Visto que ainda é incipiente a produção de conhecimentos sobre a temática no âmbito da categoria e permeada por desafios para construção de um exercício profissional de qualidade. Foram encontrados 32 relatórios e identificadas 14 instituições vinculadas ao terceiro setor recebendo discentes na realização do estágio curricular obrigatório. Os resultados alcançados demonstram que os discentes de estágio supervisionado curricular obrigatório em Serviço Social da Universidade Federal de Sergipe, nas instituições do Terceiro Setor, vêm desempenhando suas atividades recorrendo aos princípios do Código de Ética da Profissão, da Lei de Regulamentação da Profissão em consonância com o projeto ético político da profissão.

Palavra-chave: Serviço Social. Terceiro Setor. Estágio Curricular Obrigatório.

ABSTRACT

The present work has as its theme the Social Service in the Third Sector and as research objective to identify the internship in the NGOs through the reports of compulsory curricular traineeship of the Federal University of Sergipe. As specific objectives were defined: to contextualize the third sector in Brazil and Sergipe / Aracaju; identify the demands placed on the intervention of the Social Work trainee and analyze the evaluations expressed in the traineeship reports. The period of analysis comprises 1995 to 2017, corresponding to the location of the reports of trainees of students of the Social Work course in these entities. For this reason, in the first chapter, some considerations about the third sector in the general context, in Brazil and in Sergipe. It then points out some characteristics of the profession in its early years, it signals the occupational social spaces of the profession as well as presents some reflections on Social Service and NGOs. It is also emphasized the importance of the internship for the formation of the students. The research of the documentary type was based on dialectical historical materialism. Documentary sources were used for the traineeship reports identified during the mentioned period. Its relevance lies in the need to deepen the debate about the activities that the trainee performs within the occupational social space of the third sector. Since it is still incipient the production of knowledge on the subject within the category and permeated by challenges to build a quality professional exercise. We found 32 reports and identified 14 institutions linked to the third sector receiving students in the completion of the compulsory curricular traineeship. The results show that the students of compulsory curricular supervised internship in Social Service of the Federal University of Sergipe, in the institutions of the Third Sector, have been performing their activities in accordance with the principles of the Code of Ethics of Profession, of the Regulation of Profession in accordance with the political ethical project of the profession.

Keyword: Social Work. Third sector. Internship Required.

LISTA DE SIGLAS

ADEWISE- Associação dos Deficientes Visuais de Sergipe

ABEDEV -Associação Brasileira de Educadores de Deficientes Visuais

ABEPSS – Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social

AMO-Associação dos Amigos da Oncologia

APAE -Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais

APABB- Associação de Pais, Amigos e Pessoas com Deficiência dos Funcionários do Banco do Brasil

AVOSOS – Associação dos Voluntários a Serviço da Oncologia em Sergipe

CONADE- Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência

CAP- Centro de Apoio Pedagógico para Atendimento as Pessoas com Deficiência Visual

CONEPE-Conselho do Ensino da Pesquisa e da Extensão

CFESS – Conselho Federal de Serviço Social

CNAS – Conselho Nacional de Assistência Social

CRAS-Centro de Referência de Assistência Social

CREESE-Centro de Referência em Educação Especial do Estado de Sergipe

CNSS-Conselho Nacional de Serviço Social

EAD- Educação a Distância

ESFA- Externato São Francisco de Assis

GACC – Grupo de Apoio a Criança com Câncer

IPAESE-Instituto Pedagógico de Apoio à Educação do Surdo de Sergipe

LBV-Legião da Boa Vontade

LIBRAS-Língua Brasileira de Sinais

LOAS – Lei Orgânica da Assistência Social

LDB-Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

ONGs – Organizações Não-governamentais

OS – Organização Social

OSCIP – Organização da Sociedade Civil e Interesse Público

PBF-Programa Bolsa Família

PNAS – Política Nacional de Assistência Social

PNE-Política Nacional de Educação

REUNI – Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades
Federal

SACI- Sociedade Afrosergipana de Estudo e cidadania

SEES-Secretaria de Educação Especial

SUAS – Sistema Único de Assistência Social

SEED-Secretaria de Estado da Educação

UBC -União Brasileira de Cegos

UFS – Universidade Federal de Sergipe

SUMÁRIO

1.INTRODUÇÃO	12
2.TERCEIRO SETOR – CONTEXTUALIZAÇÃO	18
2.1. O TERCEIRO SETOR NO BRASIL	21
2.2 TERCEIRO SETOR EM SERGIPE- ARACAJU: LEGISLAÇÃO	24
3- SERVIÇO SOCIAL E AS ONGS	27
4. ESTÁGIO SUPERVISIONADO CURRICULAR OBRIGATÓRIO: UMA BREVE CONTEXTUALIZAÇÃO	34
4.1. ESTÁGIO SUPERVISIONADO CURRICULAR OBRIGATÓRIO NAS ONG’S - ANÁLISES DOS DADOS DOS RELATÓRIOS DE ESTÁGIOS	41
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	67
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	69
APÊNDICES	

1.INTRODUÇÃO

O Serviço Social é uma profissão de caráter sociopolítico, crítico e interventivo, que se utiliza de instrumental científico multidisciplinar das Ciências Humanas e Sociais para análise e intervenção nas diversas refrações da “questão social”. Isto é, no conjunto de desigualdades que se originam do antagonismo entre a socialização da produção e a apropriação privada dos frutos do trabalho.

O assistente social, se insere nas mais diversas áreas das políticas sociais (saúde, previdência, educação, habitação, lazer, assistência social, justiça e outras) bem como em diferentes espaços sócio ocupacionais sejam eles, nas esferas públicas (municipal, estadual e federal), em instituições privadas, ONGs e outras modalidades de natureza jurídica institucional. Cabe ao Serviço Social administrar, executar os programas e serviços sociais atuando nas relações entre os seres humanos no cotidiano da vida social, por meio de uma ação global de cunho socioeducativo e de prestação de serviços. (CFESS, 2011, p. 12,13).

Nos anos 1990, o Serviço Social, percebeu os efeitos do neoliberalismo, da flexibilização da economia e reestruturação no mundo do trabalho, da redução do Estado e da retração dos direitos sociais. Na mesma década ocorreu uma ampliação dos espaços sócio ocupacionais para o Serviço Social em virtude das regulamentações das leis orgânicas vinculadas às políticas sociais tais como, assistência social, saúde, previdência e outras, exigidas com a Constituição de 1988. Nesse mesmo contexto, teve ampliação de novos campos de atuação da profissão, no chamado terceiro setor, nos conselhos de direitos e a ocupar funções de assessoria entre outros. Essa “materialização do Serviço Social em novos espaços socioocupacionais traz consequências positivas com ampliação do mercado de trabalho, mas contraditoriamente apresenta implicações negativas para a classe trabalhadora, em virtude do neoliberalismo, dentre as quais, a refilantropização social (ONGs, Fundações Sociais entre outros.); a perda dos direitos sociais e trabalhistas; o desemprego maciço; a flexibilização das relações de trabalho, mediante terceirização e outras formas de contratação; a mercantilização dos serviços; a despolitização da classe trabalhadora; a coerção social; a exclusão social” etc.(NETTO, 2001, p. 47).

Um exemplo claro dessa ampliação do exercício profissional do assistente social se deu por conta da assistência social enquanto política pública que foi inserida no ordenamento jurídico brasileiro através do tripé da Seguridade Social, com a Constituição de 1988. No ano de 1993, a Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) é regulamentada com o número nº8.742 datada de 7 de dezembro deste mesmo ano. Em 2004, a Política Nacional de Assistência Social (PNAS) foi aprovada no Conselho Nacional de Assistência (CNAS). Já em

2005 é implementado o Sistema Único de Assistência Social sobre a supervisão e gestão do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Em 2011, a LOAS sofre uma alteração, através da lei nº 12.435/2011, para incorporar o Sistema Único da Assistência Social (SUAS) que já vinha funcionando mediante luta dos trabalhadores e usuários nas conferências. De acordo com a PNAS, a assistência social é constituída pela Proteção Básica e Especial. É importante ressaltar que os serviços ofertados pela assistência devem decorrer em articulação com as outras políticas, principalmente as inseridas no tripé da Seguridade Social a exemplo dela, a previdência e a saúde.

Os assistentes sociais na conjuntura neoliberal são desafiados a trabalharem com variadas demandas que contribuem para a fragmentação da articulação entre as dimensões teórica-metodológica, ético-político e técnico-operativa que constituem o exercício profissional. A partir dessas dificuldades e de como essas questões podem refletir na formação e no exercício profissional esse estudo elegeu como objeto de pesquisa a intervenção do Serviço Social no terceiro setor, tomando por referência as atividades desenvolvidas no estágio curricular obrigatório do curso de Serviço Social da UFS.

O objetivo geral consiste em compreender de que forma ocorre o estágio curricular obrigatório nas ONGs. Para tal, o recurso metodológico utilizado foi a análise documental dos relatórios de estágio produzidos pelos discentes de Serviço Social da UFS, no período de 1995-2017. O período de 1995 corresponde a identificação de relatórios de estágio arquivados no Departamento de Serviço Social e 2017 corresponde ao ano anterior a realização do estágio. Como objetivos específicos foram definidos: contextualizar o terceiro setor no Brasil e Sergipe/ Aracaju; identificar as demandas colocadas para intervenção do estagiário de Serviço Social e analisar as avaliações expressas nos relatórios de estágio. Para a construção desse trabalho partiu-se da seguinte indagação **“que tipo de atividades são desenvolvidas pelo estagiário e o profissional de Serviço Social, nas ONGs?”** Foi constatado que é possível captar essas atividades a partir dos relatórios de estágio supervisionado curricular obrigatório arquivados na sala de leitura do Departamento de Serviço Social da Universidade Federal de Sergipe. A partir dessa decisão se fez necessário discutir o espaço sócio ocupacional do assistente social no terceiro setor, especificamente nas ONGS que se encontram localizadas na cidade de Aracaju, e realizar um levantamento dos relatórios produzidos. O estágio supervisionado curricular obrigatório é acompanhado por um docente, o supervisor acadêmico e pelo assistente social da Instituição, **o supervisor de campo**. Pressupõe-se que no estágio supervisionado curricular obrigatório o graduando em Serviço Social tem que estar embasado

e articulado com o projeto ético político e teórico da profissão, vinculado à defesa de valores que estão centrados na sociedade livre.

É importante frisar que essa temática provocou o interesse das pesquisadoras diante de todo contexto histórico que a permeia buscando compreender e refletir como ocorre à inserção do estagiário nesse espaço de atuação profissional. Outro aspecto diz respeito a relevância de investigar sobre informações de como é realizado o estágio supervisionado de Serviço Social nas ONGs, terceiro setor, e entender a relação com o estágio.

O assistente social trabalha em várias políticas públicas, a exemplos delas, estão a Assistência e a Saúde. Essas políticas são materializadas em diferentes espaços sócio ocupacionais aonde o assistente social é inserido bem como os estudantes de Serviço Social para realização de estágio curricular tanto obrigatório ou não obrigatório. O estágio supervisionado curricular obrigatório é uma atividade, “[...] que se configura a partir da inserção do aluno no espaço sócio institucional, objetivando capacitá-lo [...]” (CFESS, s/d, p.12). Parte-se do pressuposto da necessidade da capacitação continuada do assistente social nas diversas políticas sociais para superar a prática tecnicista, pretensamente neutra, imediatista ou voluntarista presente principalmente na gênese do Serviço Social. Aliado a esses aspectos, foi pensado o caminho de analisar os relatórios de estágio construídos pelos discentes enquanto elemento de pesquisa.

O presente estudo é de caráter exploratório, com o intuito de contribuir para o aprofundamento do referido objeto. E como procedimento metodológico no primeiro momento realizou-se um levantamento bibliográfico, buscando a produção científica da categoria e de outros autores sobre a referida temática, em seguida foi utilizada a pesquisa documental, que para Gil (2008) é uma pesquisa semelhante à bibliográfica com uma diferença básica relacionada às fontes. Enquanto a pesquisa bibliográfica é desenvolvida com base em material já elaborado constituído principalmente de livros e artigos científicos a “[...] a pesquisa documental vale-se de materiais que ainda não receberam um tratamento analítico, ou que ainda podem ser reelaborados de acordo com os objetos da pesquisa.” (GIL, 2008. p.51).

A fonte documental utilizada corresponde aos relatórios de estágio do curso de Serviço Social da Universidade Federal de Sergipe. A partir de levantamento, efetuado nos meses de abril, maio, e junho de 2018, dos relatórios arquivados na sala de leitura, foram selecionados os relatórios produzidos entre os anos 1995 a 2017. Através do levantamento

realizado constatou-se que os anos de 2006 e 2007 apresentam os maiores números de relatórios construídos, pelos discentes de Serviço Social da Universidade Federal de Sergipe, que realizaram o estágio curricular obrigatório nas Organizações Não-Governamentais. A partir dos anos de 2011 a 2017, só foram encontrados um relatório de estágio por ano. Não foram localizados relatórios do ano de 2017. Vale mencionar que devido à greve ocorrida em 2016, o período 2018/1 ainda se encontrava em vigência durante a fase do levantamento e, por esse motivo os relatórios de estágio relacionados ao citado semestre ainda não estavam disponíveis devido o mesmo não ter concluído.

Para análises dos relatórios foi utilizado um roteiro elaborado previamente contendo alguns itens tais como, objetivos, público-alvo, políticas públicas, instituições, projeto de intervenção do estagiário e outros (Apêndice A). Na coleta realizada no Departamento de Serviço Social da UFS, foram catalogados 32 relatórios de estágio vinculados as instituições do terceiro setor entre 1995 – 2017. É importante salientar que o número registrado não corresponde com precisão a quantidade de relatórios produzidos durante esse período, isso porque as produções dos discentes sempre estão disponíveis para empréstimo à discente e docente para estudo e pesquisa, pelo Departamento de Serviço Social. Dessa forma, durante o momento da coleta, não foi possível identificar, entre os relatórios emprestados, se existiam relatórios sobre as ONGs.

No decorrer do curso foram surgindo questionamentos sobre as instituições que são conhecidas como o terceiro setor, principalmente sobre as atividades que o estudante e o profissional de Serviço Social, realizam nas instituições Não-Governamentais, já que o/a assistente social, ao longo dos anos, deixou de ser identificado/a de “menina caridosa”. Algumas obras de Thomas de Aquino, enfatizam que o Serviço Social foi uma profissão que surgiu no seio da igreja católica sendo sua gênese de “ajuda, da caridade e da filantropia, vinculado a intervenção na “questão social.” (MONTAÑO, 2009, p.20).

No entanto, a nossa motivação para estudar o Terceiro Setor, ocorreu da nossa vivência de estágio no Hospital de Urgência de Sergipe (HUSE) dentro de um espaço sócio ocupacional do primeiro setor, ou seja, Estado. Percebe-se que a maior parte das atividades desempenhadas dentro da instituição, não são atribuições do Serviço Social. Daí surgiu o questionamento de como seria o estágio nas ONGs? Percebe-se que no primeiro setor o Estado, há uma “autonomia relativa”, no entanto, são realizadas atividades que não são competências do estagiário. Aliado a esse aspecto a opção foi a de analisar os relatórios de

estágio produzidos pelos discentes da UFS, dada a dificuldade de ir a cada instituição entrevistar o assistente social. Desta forma, supõe-se que os relatórios de estágio supervisionado curricular obrigatório, realizados nesses espaços sócio ocupacionais, apresentam uma compreensão sobre o exercício profissional do assistente social e que a partir deles seja possível perceber que o exercício profissional pode ocorrer nessas instituições, conforme o projeto ético-político do Serviço Social.

Nesse sentido, essa monografia visa a construção de uma análise crítica capaz de contribuir com o exercício interventivo do estudante frente às expressões da questão social que se apresentam na sociedade capitalista. Entende-se que o estágio supervisionado em Serviço Social é;

[...] uma atividade curricular obrigatória que se configura a partir da inserção do aluno no espaço sócio institucional objetivando capacitá-lo para o exercício do trabalho profissional, o que pressupõe supervisão sistemática. Esta supervisão será feita pelo professor supervisor e pelo profissional do campo, através da reflexão, acompanhamento e sistematização com base em planos de estágio, elaborados em conjunto entre unidade de ensino e unidade campo de estágio, tendo como referência a Lei 8662/93 (Lei de Regulamentação da Profissão) e o Código de Ética do Profissional (1993). O estágio supervisionado é concomitante ao período letivo escolar (ABESS/CEDEPSS, 1997, p. 71 *apud* ABEPSS, 2009, p.16).

Com o processo da contrarreforma do Estado brasileiro, e a transferência dos serviços sociais para o “terceiro setor” há um reflexo na profissão de Serviço Social, no seu espaço ocupacional, nas condições e relações de trabalho, criando novas funções e competências. Mas, quais os elementos desse processo? Historicamente, o Serviço Social constitui-se como uma especialização do trabalho coletivo, na divisão sócio técnica do trabalho, no quadro do desenvolvimento das relações sociais capitalistas. (IAMAMOTO, 2001, p.21).

A prática profissional dos assistentes sociais em organizações não governamentais provoca necessariamente apreender o debate sobre limites e possibilidades dessa atuação, a investigação do conceito de mediação social e das contribuições profissionais para o fortalecimento da sociedade civil brasileira. Para Iamamoto (2003, p.36), “o enfrentamento da questão social tem sido tensionado por distintos projetos societários na definição da estruturação e implantação das políticas públicas, que convivem em lutas no seu interior”. Então se torna pertinente à discussão identificar em quais políticas o/a estagiário se encontra inserido/a em instituição sem fins lucrativos.

Como mencionado anteriormente a presente pesquisa tem por referência o método materialismo histórico dialético, por possibilitar o entendimento da realidade como um todo e de maneira crítica. A desconstrução da aparência é fundamental para compreender a realidade em sua totalidade, uma das categorias básicas na teoria social de Marx, sendo o trabalho a categoria fundante. E como bem traz Netto, a totalidade “não é um “todo” constituído por “partes” funcionalmente integradas. Antes, é uma totalidade concreta inclusiva e macroscópica, de máxima complexidade, constituída por totalidades de menor complexidade.” (NETTO, 2011, p. 44). Ainda referente ao método Gil (2008, p.14) diz que” A dialética fornece as bases para uma interpretação dinâmica e totalizante, já que estabelece que os fatos sociais não possam ser entendidos isoladamente, abstraídos de suas influências políticas, econômicas, culturais”.

As análises partem do entendimento que as transformações ocorridas com a adoção do ideário neoliberal no Brasil, afeta a realidade social como um todo, inclusive as políticas sociais. Essas reformas se caracterizam como uma das estratégias do capital para manter sua hegemonia e controle social. Tal processo traz impactos não só na qualidade do serviço, como também na configuração das ações prestadas pelo poder público.

Nessa perspectiva vale citar que, por entender a responsabilidade do Estado de fiscalizar as instituições filantrópicas, o Ministério Público Estadual do Estado de Sergipe, criou uma cartilha para especificar quais as responsabilidades das entidades chamadas sem fins lucrativos, para prestar conta de tudo que é gasto com o dinheiro público do Estado de Sergipe nessas instituições. Percebe-se que, durante as leituras e a pesquisa realizada, a maioria das instituições Não-Governamentais, em Sergipe, se encontra na capital, em Aracaju.

A pesquisa compreendeu um estudo do tipo qualitativo, mas também fez uso de algumas análises quantitativas, por compreender que utilizando esse tipo de abordagem, são identificados certos fenômenos sociais. Na organização e sistematização das informações para a análise, foram utilizadas tabelas, quadros e gráficos, tendo em vista apresentar de maneira detalhada os dados categorizados.

O trabalho está estruturado em três capítulos, além da introdução e das considerações finais: o primeiro capítulo apresenta uma retrospectiva histórica sobre o terceiro setor. O segundo capítulo faz referência ao Serviço Social e as ONGs, e o terceiro capítulo destina-se ao estágio, a análise e descrição dos dados encontrados nos relatórios de estágios. Nas considerações finais constam as discussões gerais sobre os resultados da pesquisa.

2. TERCEIRO SETOR – CONTEXTUALIZAÇÃO

O capital a todo instante busca estratégias para colocar a responsabilidade sobre a sociedade, naturalizar a questão social, esgotar os recursos naturais em determinadas áreas, poluir, destruir o meio ambiente e outras adversidades. Não é e, nunca será preocupação para o capital as relações sociais, principalmente no tocante aos direitos e deveres, ao não ser que esses o venham afetar. Como por exemplo, a desconstituição do direito à propriedade privada – utopia para muitos – pode-se considerar como tiro certo no capital, além de outras questões.

Com isso, não dá para conceituar o terceiro setor, sem falar do capitalismo, sem colocar em debate as crises econômicas decorrentes do seu próprio produto, mesmo que de uma forma bem breve. Faz-se necessário isso porque, elas são constitutivas do mesmo e interferem na vida dos sujeitos, na sociedade. Braz e Netto (2006, p.170) nos dizem que “(...) não existiu, não existe e não existirá capitalismo sem crise.”

Uma das crises mais catastrófica que foi a de 1929, que teve como ponto de partida a queda da bolsa de valores de Nova York, do modelo taylorista-fordista. “[...] as crises são inevitáveis sob o capitalismo; mas é perfeitamente possível e viável uma organização da economia estruturalmente diferente da organização capitalista, capaz de suprimir as causas das crises”. (Idem, p. 170). Pode-se então perceber que, mesmo em sociedades que não predominam o modo de produção capitalista elas não estão livres de crises, são sujeitas as crises também, porém, com diferenciações entre as crises das sociedades capitalistas, pois o que “em uma é a causa, noutra é o efeito (ibidem, p.70).

Segundo Braz e Netto (2006, p. 171):

[...] o capitalista investe dinheiro para produzir mercadorias com o único objetivo de obter mais dinheiro do que investiu – a mercadoria produzida só se realiza quando pode ser convertida em (mais) dinheiro. A crise, imediatamente, é a interrupção desse movimento: a mercadoria produzida não se converte em (mais) dinheiro. O movimento do capital fica em suspenso: a reprodução ampliada – isto é, a acumulação – não pode prosseguir; crise, como disse Marx (1980, II, p. 939), “é justamente a fase de estorvo e interrupção do processo de acumulação.

É neste processo de acumulação e lucro que o capitalismo ganha força, e a crise vem a estagnar esta tal força, provocando assim declínio no poder do capital. Seguindo a reflexão destes estudiosos citados, é válido mostrar as quatro fases do capitalismo, ou seja, “entre uma crise e outra decorre o ciclo econômico e nele podem distinguir-se, esquematicamente, quatro

fases; a crise, a depressão, a retomada e o auge” (BRAZ; NETTO, 2006. 72). Cada um desses fatores está associado um ao outro, como num jogo de dominó em que todas as peças estão colocadas em pé sobre um recipiente, formando tipo um fila. Daí se a pedra inicial cai, todas as outras tendem a cair também. A crise pode ser incidente da falência da empresa, da queda de um governo e de outros aspectos econômicos e políticos, são vários os indícios para uma crise capitalista, pois o sistema é contraditório em si mesmo.

Em meio a todo esse conceito amplo acerca do capitalismo, tanto em sua ascensão quanto em seu declínio, vale a pena comentar como o Terceiro Setor emerge nesta fase. Este tem origem norte-americana, surge como conceito consolidado nos Estados Unidos, em 1978, tendo como idealizador John D. Rockefeller III.

A expressão “Terceiro Setor” começou a ser usada nos anos 70 nos EUA para identificar um setor da sociedade no qual atuam organizações sem fins lucrativos, voltadas para a produção ou a distribuição de bens e serviços públicos (SMITH, 1991 *apud* ALVES, 2002, p.1).

Embora seja possível afirmar uma data que marca a origem do uso do termo “Terceiro Setor”, entende-se que o seu surgimento permanece ainda como “uma verdadeira escuridão” nas análises dos seus teóricos. Segundo Montaña (2007, p.55).

Surgiu na década de 80, numa construção teórica, com a preocupação de certos intelectuais ligados a instituições do capital por superar a eventual dicotomia público/privado? Teria data anterior, nas décadas de 60 e 70, com o auge dos chamados “novos movimentos sociais” e das “organizações não-governamentais”? Seria uma categoria vinculada às instituições de beneficência, caridade e filantropia, no Brasil, com as Santas Casas de Misericórdia, Cruz Vermelha etc.? Sua existência data da própria formação da sociedade, conforme os contratualistas analisam?

O Terceiro Setor teve reconhecimento da necessidade do Estado em atender demandas sociais, em diversos seguimentos, que estavam deficientes. A doutrina dominante situa-o entre o Estado, também conhecido por primeiro setor e o mercado sendo o segundo setor. Já o terceiro setor abarca um variado número de iniciativas que oportunizam bens e serviços públicos sem gerar lucros (VITULLO, 2012, p. 41).

Ele é propriamente um conjunto de instituições, sem qualquer finalidade lucrativa, que atende questões filantrópicas, culturais, recreativas, científicas, de preservação do meio ambiente entre outras atividades. Em regra, ele possui caráter público, mas muitas vezes é sustentado por empresas privadas.

Em suma, Vitullo (2012, p. 46-48) cita que “instituições sociais são organizações com missões sociais que aplicam estratégias de mercado buscando alcançar um objetivo social ou ambiental”.

No entanto, o terceiro setor também pode ser chamado de empreendedorismo social, apesar de ser uma temática recente na área acadêmica, sua origem não é tão nova. O termo empreendedor social foi desenvolvido por Bill Drayton, fundador e presidente da Ashoka¹, na década de 1960, quando identificou a existência de indivíduos que juntam pragmatismo, compromisso com resultados e visão de futuro para estabelecer profundas transformações sociais (ASHOKA, 2015). É um dos principais responsáveis por introduzir e propagar o termo empreendedor social Bill Drayton, por meio da fundação da organização internacional sem fins lucrativos em 1980, na Índia (ASHOKA, 2006). O objetivo dessa organização é identificar e investir em líderes empreendedores com ideias criativas e inovadoras capazes de provocar mudanças sociais positivas e de amplo impacto social.

Elkington e Hartigan (2008, p. 3) dizem que,

Embora não exista uma definição padrão sobre os empreendedores sociais, há um consenso do que eles fazem. Através da exploração de novas ideias, eles estabelecem novos empreendimentos de bens e serviços que não são fornecidos no campo social. Ainda segundo os autores, os empreendedores sociais possuem as mesmas características dos demais empreendedores: São inovadores, práticos, engenhosos e têm senso de oportunidade.

Na sociedade do século XXI é crescente a importância das ações promovidas por meio das Organizações da Sociedade Civil Sem Fins Lucrativos no mundo, suas ações são direcionadas, sobretudo, no desenvolvimento do ser humano, é foco central de sua existência. O Terceiro Setor e as organizações são voltados para diferentes seguimentos, os seus objetivos institucionais não são os mesmos e suas formas de atuação são variadas, refletindo a diversidade encontrada na sociedade onde atuam e das quais representam.

Monje-Reyes (2011) explica que o desenvolvimento do capitalismo na América Latina contribuiu para o surgimento de questionamentos sobre como reverter essa fase de dominação capitalista. A solução para tal veio por meio do resgate do cooperativismo, surgindo assim o conceito de economia solidária.

¹ ASHOKA-Disponível em ><http://brasil.ashoka.org/empreendedores-social>> acesso em: 25 de jul.2018.

Com isso, a desigualdade na distribuição de renda e demais fatores condicionantes continuam restringindo o acesso de milhões de pessoas aos direitos de cidadania (COMINI, 2016), mostrando o desencontro com a constituição maior, com a realidade vivida entre milhares de cidadãos do mundo inteiro.

2.1. O terceiro setor no Brasil

Desde o início da década de 1990, o Brasil passou a seguir as indicações neoliberais², promovendo a inserção da economia numa ordem globalizada, à privatização do Estado, a redução dos gastos sociais, desenvolvendo, em enfim, políticas econômicas com impactos negativos sobre as condições estruturais da produção e do mercado de trabalho. A orientação da política econômica do país apontou, por um lado, para a contrarreforma do Estado. Behring (2003), considerando o Estado como responsável pela crise econômica brasileira e, de outro, para a abertura financeira e comercial da economia, sob a hipótese da autoridade do mercado. Neste contexto, alteraram-se as relações entre o Estado e a sociedade, bem como entre o capital e o trabalho.

Segundo Bludeniet.al (2011, p. 2) o Terceiro Setor já ganhou reconhecimento pelas soluções positivas que vem encontrando para toda a sociedade brasileira. São associações, fundações, instituições e organizações, com peculiaridades jurídicas próprias na área tributária, de isenções e imunidades; na área trabalhista, com a Lei do Voluntariado e no Direito Civil, quando da constituição de uma ONG. No processo de transformação da sociedade, o Terceiro Setor vem encontrando respostas criativas para ajudar a mudar o futuro do Brasil. O terceiro setor “envolve um número significativo de organizações e instituições, organizações não-governamentais (ONG’S), sem fins lucrativos (OSFIL), instituições filantrópicas, empresas ‘cidadãs’, entre outras - sujeitos individuais – voluntários ou não” (MONTAÑO, 2007, p. 14-15). A expansão ocorre nas décadas de 1980 e 1990 segundo afirma Montaña (2007, p.54), “o conceito de terceiro setor se expande “nas décadas de 80 e 90, a partir supostamente da necessidade de superação de dualidade público/privado e da equiparação público/estatal.”

² Neoliberalismo é uma redefinição do liberalismo clássico, influenciado pelas teorias econômicas neoclássicas e é entendido como um produto do liberalismo econômico clássico. Pode ser uma corrente de pensamento e uma ideologia, ou seja, uma forma de ver e julgar o mundo social ou um movimento intelectual organizado, que realiza reuniões, conferências e congressos. Na política, é um conjunto de ideias políticas e econômicas capitalistas que defende a não participação do estado na economia, onde deve haver total liberdade de comércio, para garantir o crescimento econômico e o desenvolvimento social de um país.

Como é possível perceber o Estado perdeu o seu papel de promotor e articulador do desenvolvimento econômico e social, tornando um agente incentivador do grande capital por meio da consolidação e regulação do mercado. O ajuste neoliberal da crise recomenda a defesa do mercado livre, como suposição da liberdade civil e política; a liberação da economia e da administração; a configuração do Estado mínimo, porém máximo para o capital.

O neoliberalismo provoca mudança do papel do Estado, observa-se a passagem de uma aceitável parcela de serviços sociais para a sociedade civil. Há isenção do Estado e do capital em dar respostas às demandas oriundas da “questão social”. Conforme Netto (1992, p.70, grifos nossos),

Este deslocamento projeta voltar de práticas tradicionais no que se refere ao trato das contradições sociais no **verdadeiro processo de filantropia da questão social, sob a intenção da ajuda moral próprias das práticas voluntaristas**, sem contar a predisposição de segmentar os direitos sociais.

Nesse primeiro momento, cabe indagar sobre o possível diálogo entre pensar a questão social como uma questão política. A questão social, oriunda da contradição entre capital e trabalho, não pode manter vínculos com a filantropia. Há inúmeros questionamentos em relação ao tema, é um equívoco pensar a questão social desvinculada da questão política e social. Em suma, a grande valorização do “terceiro setor” tem suscitado a hegemonia das tendências de despolitização da “questão social”, e as parcerias entre público e privado. Neste contexto, observa-se uma profunda mudança quanto aos direitos sociais agora convertidos em “direito moral”, sob os princípios moral da “ajuda mútua” e “solidária”.

De acordo com Montañó (2002, p. 243), “o desenvolvimento do chamado terceiro setor” decorre das sensíveis alterações nas modalidades de respostas às sequelas da “questão social”. Decorre, pois, da forte crítica que se faz das políticas sociais universais, contratualistas e constitutivas de direito de cidadania. Significa uma alteração no padrão de resposta à questão social, tirando assim a responsabilidade do Estado, a isenção do capital e responsabilizando o cidadão para essa função.

A incompatibilidade deste processo podem ser observadas: no âmbito da realidade social, que são cortados da realidade social em três setores, o Estado, o mercado e a sociedade civil; na privatização das políticas sociais, assumindo caráter mercantil ou filantrópico, o que gera os processos de mercantilização dos serviços sociais e filantrópicos das respostas à questão social; no enfoque do atendimento, sendo esse voltado para parcelas de segmentos sociais e serviços pontuais, da qual decorre a completa fragmentação das políticas sociais na atualidade destinadas a pequenas parcelas da população; a implementação descoordenada de programas sociais, dada

a ausência de uma instância de coordenação das políticas sociais. (MONTAÑO 2002, p. 244-256).

Diante dessa perspectiva, ganha intensidade a noção de “terceiro setor”, enquanto espaço situado ao lado do Estado e Mercado, no qual são incluídas entidades de natureza distinta como ONGs, fundações empresariais, instituições filantrópicas e atividades do voluntariado. O terceiro setor é considerado um setor “não-governamental”, “não-lucrativo” e concretizado pelo conjunto de “organizações da sociedade civil consideradas de interesse público (VITULLO, 2012, P. 45).

Em suma, constatou-se que há um crescimento constante nos últimos anos no Brasil de instituição da sociedade cível sem fins lucrativos. É importante destacar que o terceiro setor aparece altamente relacionado à ideia de geração de benefícios sociais.

De acordo com Pereira (2013, p.29, grifos nossos)

O surgimento e a ampliação do número de organizações da sociedade civil sem fins lucrativos atuando no país **hoje pode ser explicado pela participação cada vez mais efetiva da sociedade civil** na resolução desses e de outros problemas, assim como o reforço de um modelo de Estado que adota políticas neoliberais deixando de atender demandas significativas, e o aumento do associativismo a partir da década de 70 em todo o mundo.

É importante destacar para o fato de se realizar uma política seja ela qual for numa ótica funcional ao campo do direito social e da cidadania, que estimule a formação de uma consciência coletiva e crítica por parte dos sujeitos envolvidos. E nesse sentido, vale salientar que se avalia positivamente a preocupação de alguns autores em tratar a “questão social” baseada em um viés crítico e que aponte para uma direção transformadora da realidade social.

Segundo Silva (2016, p. 1) os problemas sociais que a sociedade atual enfrenta estão presentes em países de todo o mundo, mas se manifestam com maior força nos países subdesenvolvidos (ou em desenvolvimento), nos quais a desigualdade exacerbada se revela como força motriz. E não é diferente na sociedade brasileira, onde as instituições do terceiro setor se encontram instaladas em todo território nacional. Como o foco da pesquisa se encontra no estado de Sergipe, especificamente na capital, faz-se necessário realizar uma breve contextualização.

2.2 Terceiro setor em Sergipe- Aracaju: Legislação

A sociedade produziu no decorrer da história formas organizacionais associativas para atuar na esfera pública pautadas nos princípios da filantropia, solidariedade, caridade entre outros. para com os pobres ou aqueles acometidos de doenças graves. Esses princípios não desapareceram com a instituição do estado social de direito reconhecedor da “questão social” e da cidadania.

Segundo Mestriner (2005) a afirmação destas instituições aparece como elemento constitutivo do processo de aprofundamento do capitalismo submetido a uma nova racionalidade, pela qual deve ser conduzido a “questão social” e as novas necessidades geradas por aqueles aprofundamentos.

Ao contrário esses tipos de instituição se expandiram fortemente com a invasão dos moldes neoliberais e reestruturação do capital. Essas organizações são heterogêneas e atuam em problemas e atividade específica, sendo que muitas delas possuem vínculos doutrinários com a igreja, outras com empresariado e outras são resultados de expressões da comunidade em prol da solidariedade humana. A ideia de assistência privada e benemerência, nas quais se incluem as ações voluntárias e a solidariedade da sociedade, é contraposta a prática de serviços sociais do Estado.

No decorrer dos levantamentos realizado sobre os relatórios de estágio, foi constatado que no Estado de Sergipe há mais de 100 ONGs³, no entanto, em Aracaju, a capital do Estado o quantitativo de ONGs registradas é de cerca de 79 (ONGs BRASIL). No entanto, o levantamento realizado a partir dos relatórios de estágio curricular obrigatório, revelou a presença de 14 instituições que têm recebido estagiários, nos 32 relatórios encontrados durante o período de 1995 a 2017. Essa diferença ocorre porque algumas Organizações Não-Governamentais aparecem como campo de estágio mais de uma vez. Foram identificadas as seguintes instituições:

³ ONG's - Disponível em :ONGs brasil<<http://www.ongsbrasil.com.br/default.asp?Pag=1&Destino=Instituicoes&Estado=SE&cidade=Aracaju&bairro=&zona=&PageNo=8>>, acesso 22 de agosto de 2018

Quadro 1. Instituições que ofertam estágio

Nº DE ORDEM	INSTITUIÇÕES
01	AVOSOS
02	CASA DA DOMÉSTICA “DOM JOSÉ VICENTE TÁVORA”
03	APAE
04	CAIXA DE GESTANTE CARENTE
05	EUNICE WEAVER DE ARACAJU
06	APABB
07	AMO
08	CAP
09	ADEWISE
10	CREESE
11	LBV
12	EXTERNATO SÃO FRANCISCO DE ASSIS
13	SACI
14	IPAESE

Fonte: Relatórios de Estágio arquivados no DSS/UFS. Elaboração autoras.

Compreende-se assim, que desde os anos 1980, com a falência do Estado de Bem-Estar Social em promover direitos humanos e sociais, a sociedade civil, problematiza o atendimento da população carente. A questão não passa mais pela responsabilidade exclusiva do Estado, mas como uma co-responsabilização do Estado e sociedade civil, incluindo a atuação da ONGs, instituições, fundações e empresas.

Conforme aponta Vitullo (2012, p. 39, grifos nossos),

[...] na dinâmica neoliberal, as políticas universais vão sofrendo uma tendência de liquidação nas economias [...] a classe dominante passa então a construir [...] conforme esse novo modelo, que desarticula o papel do Estado e, ao mesmo, o “demoniza”, transferido para um mal conceituado “sociedade civil” a **responsabilidade** por sanar falhas e limites que supostamente seriam orgânicas ao aparato estatal.

Portanto, entende-se que a responsabilidade não será mais somente do Estado, mais também da sociedade civil. É nesse contexto, que os assistentes sociais são chamados a intervir, fazendo-se necessário também o conhecimento teórico para atuar profissionalmente e construir juntamente com a sociedade um potencial de luta.

Com a Cartilha elaborada pelo poder público estadual, as instituições que recebem repasses públicos tem obrigação de prestar conta, e informar para onde foram direcionados, os repasses realizados pelo o Estado.

De acordo com a Cartilha, as instituições do terceiro setor, precisam informar as autoridades competentes, como os recursos públicos estão sendo utilizado, por aquelas instituições que recebem apoio pecuniário do governo de acordo com a lei federal nº 91/35 que foi revogada. Para manter o uso de utilidade pública, os governantes estaduais, municipais e do Distrito Federal, devem editar sua lei específica para disciplinar a qualificação de organização social (OS) e de organização da sociedade civil de interesse público (OSCIP). Ainda de acordo com a Cartilha [...] O Estado de Sergipe publicou as Leis Estaduais nº 5.217/2003 e 5.285/2004 que tratam da qualificação de Organização Social (OS) e a Lei 5.850/2004, que disciplina o título de Organização da Sociedade Civil de interesse Público (OSCIP). Já, o Município de Aracaju, editou a Lei Municipal nº 4.383/2013, que normatiza a qualificação de Organização Social (OS). Dessa forma, deve-se observar o teor dessas leis federais, estaduais e municipais quando da elaboração da prestação de contas, além das orientações básicas elencadas nesta cartilha (Ministério Público do Estado de Sergipe, s/d).

Até o presente momento foi realizado uma contextualização sobre o terceiro setor, acerca das transformações ocorridas no decorrer dos anos e os motivos que levaram a sua criação, com destaque para o terceiro setor no Brasil e Sergipe. No próximo capítulo será abordado o debate sobre o Serviço Social e as ONGs.

3- SERVIÇO SOCIAL E AS ONGS

A história do terceiro setor no Brasil não é recente, muito pelo contrário, ela já vem desde a criação das Santas Casas de Misericórdia administradas pelas igrejas católica, principalmente. Félix (2010) menciona que a Casa de Misericórdia de Santos, datada de 1543, talvez seja a primeira instituição que tenha essa consideração de terceiro setor no Brasil.

Desta forma, percebe-se que estas instituições são mais que centenárias. Nesse contexto, Carvalho (2006) mostra em seu trabalho que o contexto histórico do terceiro setor é dividido em quatro fases ou momentos que se distinguem.

Primeiro, a autora identifica as ações assistenciais relacionadas à saúde e educação realizadas pela Igreja Católica onde essas ações eram voltadas para asilos, colégios católicos e orfanatos.

Posteriormente o segundo momento já se instala no governo de Getúlio Vargas onde o seu governo coloca em prática diretrizes que apoiam a intervenção do Estado na economia do país. Fala-se em organização e implementação de políticas públicas e para isso, as organizações sem fins lucrativos instituídas no Brasil, teriam que apoiar tais ações. Carvalho (2006) mostra que, em 1935, é promulgada uma lei que declara essas entidades como utilidades públicas e após três anos é criado o Conselho Nacional de Serviço Social (CNSS), estabelecendo o recebimento de subsídios do governo. Nesse contexto, a igreja continuaria a exercer suas atividades até então desempenhadas, porém estariam aptas a também receberem incentivos econômicos para suas obras sociais.

O terceiro momento explicitado por Carvalho (2006) identifica uma mobilização da sociedade, no contexto do regime militar, que provocou grandes movimentações econômicas e sociais no país. É o momento certo para que as organizações sociais de caráter filantrópico e assistencial unissem forças com os movimentos sociais para reivindicar os seus direitos.

O quarto e último momento histórico das ONGs são marcados pela redemocratização do país na década de 1980, onde o modelo intervencionista declina. Uma década após essa movimentação política, começa a se pronunciar sobre as questões da cidadania e dos direitos fundamentais, estes que tem uma invocação na Constituição Federal de 1988. É um novo momento para o Brasil e consequentemente para estas organizações. É a partir de 1990 que estas começam a crescer como forma de grupo, e Carvalho (2006) ainda coloca que tal fato

acontece mesmo diante da heterogeneidade dessas organizações, ou seja, a diversidade de políticas sociais aplicadas por estas com diversos atendimentos a sociedade.

Não se pode perder de vista, e reafirmando o que foi dito anteriormente, que a história das organizações sociais não é recente, perpassa o período da filantropia das igrejas católicas, se fortalece como política no governo Vargas, se modifica na redemocratização ganhando força e se generaliza no neoliberalismo que é o momento atual.

É sempre importante destacar que o neoliberalismo se constitui como uma forma de enfrentar a crise instaurada nos anos 1970 provocando a ação do Estado aos ditames do mercado, e impondo aos trabalhadores uma nova maneira de produzir, por meio da reestruturação produtiva. Com ela, evidenciam-se algumas mudanças, que trouxeram modificações nas relações sociais e trabalhistas. Destacam-se: a redução do papel do Estado, com uma política de Estado mínimo, através de cortes nos gastos sociais; neste cenário surge, o fenômeno da terceirização; a flexibilização aparece como mecanismo de desestruturação da classe trabalhadora, trazendo perda de direitos sociais e trabalhistas entre outros.

Segundo Vitullo (2012, p. 38)

A crise [...] da década de 70 impôs ao conjunto da burguesia a instituição de um novo padrão produtivo mundial. A dinâmica cíclica de superprodução – própria do mecanismo de acumulação capitalista –, somada à crise energética do petróleo e à falência do modelo fordista de produção foram determinantes não apenas para que se introduzisse a reestruturação produtiva e o trabalho flexível, de alto rendimento e multifacetário, mas, igualmente, desencadearam um processo de radicalização mercantil para além dos muros da esfera da produção e circulação.

A questão social está relacionada ao processo de produção e reprodução da sociedade capitalista. Constitui-se objeto de intervenção do Serviço Social integrando a formação e o exercício profissional. Ela é entendida como

O conjunto das expressões das desigualdades da sociedade capitalista madura, que tem uma raiz comum: a produção social é cada vez mais coletiva, o trabalho torna-se mais amplamente social, enquanto a apropriação de seus frutos mantém-se privada, monopolizada por uma parte da sociedade (IAMAMOTO, 2015, p. 27).

Para melhor compreender a questão social na contemporaneidade, se faz necessário realizar um resgate histórico. As produções teóricas, evidenciam que a expressão “questão social” passa a ser utilizada na terceira década do século XIX. De acordo com Netto (2001, p.42), tal expressão “surge para dar conta do fenômeno mais evidente da Europa Ocidental que experimentava impactos da primeira onda industrializante, iniciada na Inglaterra no último quartel do século XVIII: trata-se do fenômeno do pauperismo”.

O pauperismo é aprofundado pela inserção da máquina no interior do processo produtivo, trazendo consigo uma nova forma de produzir. Não se pode negar que houve um crescimento, um avanço significativo proporcionado pelo modo de produção capitalista, principalmente quando comparado à sociedade precedente. Todavia, o processo de industrialização traz em seu bojo a contradição e o antagonismo. De um lado, temos a produção e acumulação de riquezas, enquanto do outro, se tem a pobreza, o desemprego, a desigualdade social e a pauperização absoluta. Assim, como traz Netto (2001, p. 42, grifos originais), “a pobreza crescia na razão direta em que aumentava a capacidade social de produzir riquezas”.

É com o advento da primeira revolução industrial que se desenvolve as forças produtivas. O incremento tecnológico – a maquinaria –, como estratégia do sistema capitalista, surge para substituir o trabalho braçal, reduzindo drasticamente o número de trabalhadores nas fábricas. Tal processo busca ampliar, a todo custo, a acumulação de capital, sem a preocupação de que uma massa significativa de trabalhadores seria descartada.

O cenário traçado acima descreve aquilo que Marx define como a “lei geral da acumulação capitalista”. Esta lei reside na forma como o capital explora e se apropria da força de trabalho da classe trabalhadora. A exploração existente nessa forma de sociabilidade tem como consequência a questão social que se diferencia do pauperismo que precede a sociedade burguesa. Visto que,

A exploração não é um traço distintivo do regime do capital [...] o que é distintivo desse regime é que a exploração se efetiva num marco de contradições e antagonismos que a tornam, pela primeira vez na história registrada, suprimível sem a supressão das condições nas quais se cria exponencialmente a riqueza social (NETTO, 2001, p.46).

Ou seja, é impossível acabar com a escassez e com o pauperismo sem superar essa nova forma de sociabilidade. É nesse contexto que a classe trabalhadora insatisfeita e inconformada acaba se rebelando e se tornando uma ameaça à ordem e a coesão social. É diante desse cenário de insatisfação e contradição que o capitalismo se evidencia, a burguesia torna-se madura, e a sociedade assalariada se torna hegemônica e universal.

Trazendo a discussão para o cenário contemporâneo, é possível perceber que o modo de produção capitalista permanece com suas bases de exploração inalterada. Este sistema traça estratégias para manter sua hegemonia, para superar as crises cíclicas que são típicas do

capitalismo. Podemos destacar como exemplo, o projeto neoliberal que surge intensificando a organização política, social e econômica engendrada pela ordem do capital, acentuando a exploração e a desigualdade social. O que se evidencia nesse novo cenário, é que o projeto neoliberal.

[...] surge como uma reação do Estado do Bem-Estar Social, contra a social democracia. Com a crise dos anos 1970, as idéias neoliberais são assumidas como “a grande saída”, preconizando a desarticulação do poder dos sindicatos, como condição de possibilitar o rebaixamento salarial, aumentar a competitividade dos trabalhadores e impor a política de ajuste monetário (IAMAMOTO, 2015, p. 34)

À vista disso, Netto (2001, p.47) menciona que esse projeto

[...] veio para demonstrar aos ingênuos que o capital não tem nenhum “compromisso social” [...] o capitalismo ‘globalizado’, ‘transnacional’ e ‘pós-fordista desvestiu sua pele de cordeiro [...]. Os ideais do neoliberalismo se materializam na satanização do Estado’ em benefício da santificação do mercado e da iniciativa privada’.

Diante de um capitalismo globalizado e desenvolvido, evidencia-se a intensificação da questão social, que se apresenta de forma cada vez mais cruel e perversa. Nesse cenário de contradições, a questão social se mostra na atualidade trazendo tanto as marcas do passado, quanto do presente. Assim sendo, o que se torna notório, na atualidade, é a sua naturalização.

Atualmente, a questão social passa a ser objeto de um violento processo de criminalização que atinge as classes subalternas (IANNI, 1992 e GUIMARÃES, 1979). Recicla-se a noção de “classes perigosas” – não mais laboriosas -, sujeitas à repressão e extinção. A tendência de naturalizar a questão social é acompanhada da transformação de suas manifestações em objeto de programas assistenciais focalizados de “combate à pobreza” ou em expressões de violência dos pobres, cuja resposta é a segurança e a repressão oficiais (IAMAMOTO, 2001, p. 17, grifos originais).

Frente a isso, é necessário que o assistente social conheça a realidade contraditória, recriando mediações frente às múltiplas expressões da questão social que surgem na cena contemporânea. Também é importante a busca de meios de resistência, com a finalidade de conquistar políticas públicas direcionadas às classes menos favorecidas. Somente nessa perspectiva o profissional fortalece seu compromisso ético-político com a classe trabalhadora e constrói uma sociedade pautada na emancipação humana e política.

Assim, dar conta da questão social, hoje, é decifrar as desigualdades sociais – de classes – em seus recortes de gênero, raça, etnia, religião, nacionalidade, meio ambiente etc. Mas decifrar, também, as formas de resistência e rebeldia com que são vivenciadas pelos sujeitos sociais (IAMAMOTO, 2015, p. 144).

E diante de tal conjuntura, que corroboramos com Netto (2001, p. 41) na sua afirmação de que “na agenda contemporânea do Serviço Social brasileiro, a “questão social” é ponto saliente, incontornável e praticamente consensual”. Assim, é impossível pensar o exercício profissional desvinculado da questão social e das suas expressões, mesmo porque o entendimento é o de que cabe aos assistentes sociais “decifrar os determinantes e as múltiplas expressões da questão social [...]” (IAMAMOTO, 2015, p. 144). A atual conjuntura demanda desse profissional uma postura crítica e investigativa, que lhes possibilite desvendar a dinâmica do cotidiano na tentativa de desenvolver estratégias de superação das desigualdades. Esses profissionais atuam nos mais diversos espaços sócioocupacionais e lidam diariamente com diversas expressões da questão social.

O grande crescimento do terceiro setor tem sua visibilidade antes mesmo do advento do neoliberalismo. A globalização, expansão dos mercados, diminuição da intervenção estatal nas políticas sociais e consequentemente aumento significativo das desigualdades sociais, trouxeram à tona essa expansão.

É nesse contexto que o debate sobre o “Terceiro Setor” se faz presente, como um elemento da dimensão ideológica desse processo, na medida em que esse modelo **“torna-se, assim, funcional ao processo de reformulação do padrão de resposta às sequelas da ‘questão social’, propiciado no interior da estratégia neoliberal de reestruturação do capital.** (MONTAÑO, 2003, p.15 apud VITULLO,2012, p.39 grifos nossos).

As ONGs precisam adequar-se ao novo marco regulatório do neoliberalismo. "A legislação social é em boa parte responsável por essa mudança cultural da assistência social" (SILVA,2009, p. 54). Em resumo, ocorre gradativamente a transferência de responsabilidades do Estado para o âmbito de atuação das referidas Organizações sem fins lucrativos.

Sendo assim, o terceiro setor tem suas funções nas associações e fundações que geram bens e serviços, sem fins lucrativos e que suprem as falhas deixadas pelo Estado. É tão simplesmente a junção do público com o privado, ou seja, dinheiro privado para fins públicos.

É neste cenário que o Serviço Social intervém, em meio às tais falhas que o Estado insiste em deixar para estas organizações. Vale enfatizar que a relação do Serviço Social com o terceiro setor é bem intrínseca. Ou seja, o surgimento de ambas advém do bojo da igreja católica, da benemerência, da caridade, da filantropia. O Serviço Social de fato nasceu de toda essa história na década de 1930 em meio a industrialização e urbanização que acontecia no Brasil.

Porfírio (2016) identifica as primeiras intervenções do Serviço Social que eram voltadas para a classe burguesa da época, os grandes oligarcas cafeeiros, a burguesia

industrial e a igreja católica. Esta autora também nos mostra a fonte que o Serviço Social desta época se valia. Ideologias importadas dos americanos traziam moldes de intervenção já prontos.

No Brasil o Serviço Social sofre influência das correntes norte-americanas entre 1940 e 1950, tendo como principal marca o tecnicismo, psicanálise, em conjunto com a base positivista e funcionalista/sistêmica, com ênfase na ideia de ajustamento e de apoio psicossocial. Esse momento marca o início das práticas de Organização e Desenvolvimento de Comunidade, e também do desenvolvimento das abordagens individuais e grupais. A profissão conta com a supervalorização da técnica, se desenvolve pelo “Serviço Social de Caso”, “Serviço Social de Grupo” e “Serviço Social de comunidade, como uma metodologia tripartite (PORFIRIO, 2016, p. 27).

A partir da década de 1960 até 1980 o Serviço Social começa a vivenciar o processo do movimento de reconceituação e todo esse período mostra caminhos de progresso à profissão. E será na década de 1980 que de fato há o rompimento da neutralidade e do conservadorismo, tanto na prática como na teoria. O compromisso com a classe trabalhadora fica descrito assim no Código de Ética Profissional de 1986 e a consolidação do projeto ético-político se tornam marcos na profissão.

Diante de alguns ganhos significativos para a profissão, esta começa a sentir necessidade de ampliar sua atuação em outras áreas sociais. Com o advento do neoliberalismo exacerbado a partir de 1990, o Brasil sente os impactos desse modelo econômico. Segundo Porfírio (2016) a flexibilização do capital, reestruturação do trabalho, redução dos direitos sociais e desresponsabilização do Estado mostram novos caminhos a serem trilhados para o Serviço Social, seja nas assessorias, nos conselhos de direito e mais precisamente no terceiro setor.

O Serviço Social atua no terceiro setor através de políticas públicas que antes eram operacionalizadas prioritariamente no âmbito público, se fazem presentes também e, cada vez mais forte, no âmbito privado. É a transferência de responsabilidade do Estado para a sociedade civil, o assistente social intervém na realidade destes sujeitos sociais que buscam esses serviços ao realizar a mediação dos conflitos sociais juntos com as ONGs. O que de fato aconteceu com o modelo neoliberal foi a transposição do profissional de Serviço Social do âmbito público para o privado, para assim trabalhar com as mesmas políticas sociais.

É importante destacar que essa transferência das responsabilidades sociais do Estado para a sociedade civil, traz grandes transformações tanto para os sujeitos atendidos por estas

organizações como também para o Serviço Social como profissão. Ou seja, logo após o amadurecimento profissional com o movimento de reconceituação, no qual os profissionais passam a ter clareza crítica das situações sociais e do papel da profissão diante das grandes modificações postas na realidade da sociedade e consequentemente traz maiores desafios para estes profissionais. O assistente social precisa se adaptar a novos espaços ocupacionais, sem atendimento do Estado e usando instrumentos que se adequem a aplicação da nova política do terceiro setor.

Mas, as grandes conquistas vivenciadas pela profissão trouxeram avanços significativos para atuação do Serviço Social nas políticas públicas sociais e também para o terceiro setor. A garantia da Assistência Social pela Constituição Federal de 1988 como direito e a própria lei que a regulamenta, a Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS) são resultados de grande luta da sociedade civil organizada e dos movimentos sociais. Temos também o amparo da Política Nacional de Assistência Social (PNAS) que possibilita um novo redesenho dessa política pública (SILVA, 2008).

O Serviço Social na sua gênese tem seus fundamentos de uma mesma base das ONGs, que é a filantropia, a caridade administrada pelas igrejas católicas. Com o decorrer das transformações da sociedade o Serviço Social passou assumir outras bases de fundamentação teórica, inclusive na década de 1980, passou a incorporar a teoria social de Marx que possibilitou outra direção social da profissão. No entanto, no movimento contraditório do capitalismo, o neoliberalismo é apropriado e a intervenção estatal nas políticas sociais diminui e transferiu responsabilidade para a sociedade civil, por meio de parcerias. O Serviço Social enquanto profissão que atua no cotidiano dos sujeitos tem sentido os impactos dessas alterações econômicas justo no momento em que se consolidava o projeto ético político da profissão na perspectiva de direitos.

4. ESTÁGIO SUPERVISIONADO CURRICULAR OBRIGATÓRIO: UMA BREVE CONTEXTUALIZAÇÃO

O estágio supervisionado se constitui um componente obrigatório da grade curricular do curso em Serviço Social. Se configura como instrumento de fundamental importância para a formação de uma postura profissional que seja consoante com o Projeto Ético-Político da profissão. Nesse sentido, visa à construção de uma análise crítica capaz de contribuir com o exercício interventivo do estudante – futuro profissional –, frente às expressões da questão social que se apresentam na sociedade capitalista. Nesse contexto, tem-se uma concepção da ABEPSS acerca do estágio supervisionado em Serviço Social, como sendo,

O estágio supervisionado no curso de Serviço Social apresenta como uma de suas premissas oportunizar ao(a) estudante o estabelecimento de relações mediatas entre os conhecimentos teórico-metodológicos e o trabalho profissional, a capacitação técnico-operativa e o desenvolvimento de competências necessárias ao exercício da profissão, bem como o reconhecimento do compromisso da ação profissional com as classes trabalhadoras, neste contexto político-econômico-cultural sob hegemonia do capital (ABEPSS, 2009, p. 14).

O estágio é uma experiência impar em termos de contribuição para a formação profissional, sobretudo, porque visa estimular a curiosidade científica e investigativa no estagiário. Assim, a partir de embasamentos teóricos obtidos nas disciplinas anteriores ao estágio, se faz necessário ao estudante vivenciar a relação entre teoria e prática e apreender os dilemas e desafios do exercício profissional do assistente social. É um componente curricular que tem um aparato legal.

Assim sendo, cabe situar o estágio supervisionado com base na legislação de âmbito geral, o que corresponde a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional/1996 (LDB) e a Lei Federal nº 11.788/2008 (Lei do Estágio) para posteriormente situar a legislação específica ao Serviço Social.

A partir dos princípios da LDB 9394/96, Artigos 1º, 2º e 3º o estágio supervisionado se caracteriza pelo seu viés pedagógico, não criando vínculo empregatício, além de situá-lo enquanto responsabilidade das Instituições de Ensino Superior. A Lei do Estágio/2008 aprofunda os elementos do estágio como *ato educativo*, classificando-o em duas modalidades, obrigatório e não-obrigatório, pontuando a necessidade de o primeiro fazer parte do projeto

pedagógico dos cursos. Além disso, no âmbito do Serviço Social encontra-se considerações no sentido de afirmar que,

[...] a lei institui as obrigações das unidades de ensino, abarcando, além de toda formalização do compromisso entre as partes em instrumento próprio, a análise das condições das instalações da instituição, o processo de avaliação, a definição do supervisor acadêmico, a construção do plano de atividades, incluindo a elaboração de normas complementares. (CFESS, 2013, p.10).

Nesta perspectiva, compreende-se o estágio enquanto espaço formativo que permite ao estudante um contato direto com o exercício profissional do assistente social, objetivando a aproximação com a realidade dinâmica e contraditória exigindo análise e um olhar crítico, que supere o imediatismo posto no cotidiano.

O estágio em Serviço Social tem como parâmetro as regulamentações vinculadas à formação e ao exercício profissional do assistente social no Brasil. Sendo elas, as Diretrizes Curriculares para os Cursos de Serviço Social da ABEPSS/1996, a Política Nacional de Estágio (PNE), a Lei de Regulamentação da Profissão de Assistente Social/1993, o Código de Ética do Assistente Social/1993, além das resoluções do Conselho Federal de Serviço Social que tratam da temática.

As Diretrizes Curriculares buscam guiar a formulação dos projetos pedagógicos dos cursos de Serviço Social, e nessa perspectiva, apresentam o estágio supervisionado como um dos mecanismos de fortalecimento de uma formação crítica.

A importância do estágio supervisionado para a formação profissional, por preconizar a indissociabilidade entre teoria e prática, tão imprescindível à formação e ao exercício profissional. Portanto, um espaço em que se espera também oferecer elementos para a compreensão, análise e intervenção profissional. (SANTOS; ABREU, 2011, p.130.).

Cabe destacar aqui, a Política Nacional de Estágio da ABEPSS como uma construção coletiva da categoria (docentes, discentes e profissionais) simbolizando um avanço para o debate e defesa do estágio no curso de Serviço Social. Ao descrevê-lo como,

[...] um instrumento fundamental na formação da análise crítica e da capacidade interventiva, propositiva e investigativa do (a) estudante, que precisa apreender os elementos concretos que constituem a realidade social capitalista e suas contradições, de modo a intervir, posteriormente como profissional, nas diferentes expressões da questão social [...] (ABEPSS, 2011, p.11).

A Política Nacional de Estágio é composta por elementos referentes aos princípios, que estão em consonância com as Diretrizes Curriculares/1996 e que são norteadores para realização do estágio, são eles: a distinção entre a modalidade de estágio supervisionado curricular obrigatório e não-obrigatório; as atribuições dos sujeitos e as instituições envolvidas e além do usuário.

Os seus princípios estão diretamente articulados com os princípios ético-políticos apontados no Código de Ética/1993 estabelecendo a defesa da liberdade, dos direitos humanos, da cidadania, democracia, equidade, justiça social, pluralismo, da qualidade dos serviços, da articulação com os movimentos sociais, da eliminação do preconceito, dentre outros. Eles devem orientar a atuação de todos os sujeitos (o estagiário, o supervisor de campo e o supervisor acadêmico) que compõe o processo de estágio.

Dessa forma, “estes princípios apresentam uma clara direção social e se fundamentam nos avanços obtidos pela categoria dos assistentes sociais, nos quais se destacam a importância dos valores assumidos pela profissão (Código de Ética de 1993) onde a ética é transversal, presente em toda dimensão profissional”. (LEWGOY *et al.*, 2011, p.4).

Além disso, também se apresentam na PNE outros princípios que estão vinculados ao processo de formação. Sendo eles, *a indissociabilidade entre as dimensões teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa*, com vistas a não priorizar uma em detrimento das outras; *a articulação entre formação profissional e exercício profissional*, caracterizando o estágio como um espaço ímpar de aprendizado; *a indissociabilidade entre estágio e supervisão acadêmica e de campo*, possibilitando um processo de acompanhamento e orientação do estagiário. Ademais,

O princípio da **unidade teoria-prática** e da **interdisciplinaridade** desenvolve-se através da permanente articulação e complementariedade que o estagiário fará entre os conteúdos teóricos, éticos, políticos e culturais na intervenção nos processos sociais. Orienta também para a indissociabilidade dos conhecimentos no processo de formação e intervenção, o que possibilita a apreensão dos processos de trabalho em que o assistente social se insere, a partir dos eixos: teórico-metodológico, técnico-operativo e ético-político nos diferentes espaços sócio ocupacionais que se constituirão como campo de estágio. (LEWGOY *et al.*, 2011, p.6. Grifos Originais).

Outro princípio é a *articulação entre ensino, pesquisa e extensão* que constituem o pilar da universidade. A importância dessa indissociabilidade é ressaltada por Santos e Abreu (2011, p.137),

A pesquisa é concebida como parte constitutiva do exercício profissional e, portanto, da formação, dessa forma a pesquisa não pode ser uma atividade eventual, mas sim inerente ao processo de formação profissional, perpassando todo o currículo. Associada à atividade de pesquisa, tem-se a extensão, ambas consideradas como “atividade complementares” às atividades formativas básicas, ou seja, não podem ter um caráter, apenas, mercantilizante de ofertas de serviços, de venda de produtos e sim objetivar o ensino e a aproximação da universidade à sociedade, do conhecimento à realidade.

E por fim, ressaltamos o princípio da *articulação entre universidade e sociedade*, mencionado na citação anterior, que permite a aproximação com a realidade, com vistas a oportunizar um olhar crítico e propositivo do estagiário para as demandas do cotidiano.

Diante desses elementos, pode-se perceber a relevância de discutir o estágio enquanto um momento de aprendizagem e construção de conhecimento, ou seja, caracteriza-se como um importante elemento de uma formação crítica e de qualidade.

As modificações ocorridas na educação superior representam um espaço de fortalecimento do sistema capitalista, através da incorporação às determinações dos organismos internacionais, a exemplo do Banco Mundial (BM), que segundo Iamamoto (2000) desde 1986 é o financiador do ensino superior no Brasil e demais países da América Latina, o que acarreta na precarização das Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) e no desenho das políticas de privatização.

As transformações que ocorrem nas universidades se ajustam a lógica mercantilista, o que acarreta fortes impactos em sua estrutura funcional. Além da supressão do caráter universalista da universidade; da subordinação dos objetivos universitários as demandas do mercado; a redução do grau de autonomia universitária; ocorre também, à expansão da privatização; a despolitização dos movimentos sociais existentes na universidade; a terceirização; a liquidação da relação ensino, pesquisa e extensão, dentre outras. Assim, estamos de acordo com Netto (2000, p.29) quando o mesmo traz que,

[...] se forem mantidas essas linhas de desenvolvimento que constatamos hoje, trata-se da liquidação do sistema universitário brasileiro. Não se trata de acabar com a universidade brasileira, trata-se de acabar com o sistema universitário público.

Em 2007 tem-se o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), instituído através do Decreto nº 6.096/2007, que pauta-se no objetivo de realizar melhorias das condições da estrutura física das universidades, como também, na ampliação do acesso e permanência ao ensino superior. Todavia, o programa

remete-se a valoração dos aspectos quantitativos e de eficiência da lógica capitalista esculpida na mercantilização do ensino, através da reforma educacional. As diretrizes do REUNI permeiam as seguintes ações,

I - redução das taxas de evasão, ocupação de vagas ociosas e aumento de vagas de ingresso, especialmente no período noturno; II - ampliação da mobilidade estudantil, com a implantação de regimes curriculares e sistemas de títulos que possibilitem a construção de itinerários formativos, mediante o aproveitamento de créditos e a circulação de estudantes entre instituições, cursos e programas de educação superior; III - revisão da estrutura acadêmica, com reorganização dos cursos de graduação e atualização de metodologias de ensino-aprendizagem, buscando a constante elevação da qualidade; IV - diversificação das modalidades de graduação, preferencialmente não voltadas à profissionalização precoce e especializada; V - ampliação de políticas de inclusão e assistência estudantil; e VI - articulação da graduação com a pós-graduação e da educação superior com a educação básica. (DECRETO Nº 6.096, 2007, art. 2º).

Diante disso, evidencia-se que uma das principais preocupações do REUNI não está pautada na qualidade do ensino superior, mas sim, na elevação da taxa de conclusão de cursos. A expansão universitária através do REUNI, se configura como uma forma de expandir o ensino superior em termos quantitativos, e não, qualitativos.

Cabe enfatizar que as mudanças ocorridas pelas unidades de ensino superior, a partir da crise do capital e da transformação da educação em mercadoria, trazem implicações diretamente nessa função formativa do estágio. Pois, ocorre o ajuste da lógica educacional diante dos interesses do capital, empobrecendo e acelerando a formação com vistas a atender a necessidade do mercado.

Um dos principais problemas a ser enfrentado na materialização do estágio como processo formativo e da instituição social como possibilitadora desse exercício acadêmico-pedagógico encontra-se no conflito e tensão existentes entre a exigência pedagógica e a determinação do mercado que amplia sua tendência em substituir o processo pedagógico de ensino e aprendizagem concebido como diretriz na formação profissional pelas unidades de ensino, através da solicitação de alunos de 1º e 2º anos letivos para o estágio, sem terem ainda adquirindo os conhecimentos teóricos, as habilidades para essa inserção. Essa demanda do mercado não pode sucumbir o projeto formativo de responsabilidade das unidades de ensino, tornando-o refém dos ditames do mercado que impõe a mão-de-obra-barata, e a desqualificação (de) formativa ao aluno em sua condição de estudante-trabalhador. (ABRAMIDES, 2003, p.14. Grifos do autor).

Portanto, a atual conjuntura apresenta inúmeros desafios para a operacionalização do estágio de acordo com a sua regulamentação, o que requer de toda categoria o aprimoramento

de estratégias de defesa deste elemento, que constitui um dos importantes mecanismos para alcançar uma formação crítica, que vai na contramão do que vem sendo imposto pela mercantilização do ensino. Ou seja, é uma luta ampla por uma educação superior pública e de qualidade.

E com a precarização do ensino a distância fica difícil manter a qualidade do ensino superior, o EAD foi instituído pelo Decreto nº 5.622, de 20 de dezembro de 2005, é uns da modalidade existentes de educação no país. Uma das características do viés liberal, à implantação do ensino a distância, visado ampliar a expansão do ensino superior, porém sem levar em conta à qualidade do ensino. Estes aspectos trouxeram reflexos para a manutenção da qualidade do ensino superior no Brasil. Um exemplo disso é a preocupação da categoria com a expansão do EAD, onde o ensino torna-se fragilizado e por esse motivo a maioria dos profissionais tem o mesmo posicionamento do próprio CFESS que é contrário ao funcionamento desse tipo de ensino, havendo assim a necessidade do debate constante na profissão.

Com isso observa-se uma prioridade com a questão da quantidade das pessoas inseridas no ensino superior, sem investir em uma formação de qualidade, pois, o que interessa é apressar abertura de cursos e a mercantilização da educação.

Silva (2010) defende a universidade como um direito universal, mas no conceito do capital monopolista acaba sendo um direito “comercial”, com a proliferação de faculdades isoladas, e com isso ocorre a precarização do ensino, a fragilidade do tripé da universidade que é pesquisa, ensino e extensão.

Para Santos e Abreu (2011) no contexto do neoliberalismo a política de educação almeja um profissional eficaz e eficiente que atenda às necessidades somente do mercado. Ou seja, um profissional alienado, acrítico. Nessa perspectiva torna-se um desafio para o serviço social formar profissionais com o perfil previsto nas diretrizes curriculares de 1996 para o curso. Isto é, “[...] um profissional capaz de privilegiar a defesa dos direitos sociais, a ampliação da cidadania e a consolidação da democracia e com uma competência a ser adquirida nas várias dimensões que compõem o agir profissional: teórico-prática, técnica e ético-operativa” (SANTOS; ABREU, 2011, p.136). É visando atingir esse perfil que o estágio

supervisionado em Serviço Social, componente curricular obrigatório, foi pensado como espaço de resistência para garantir um surgimento de uma formação crítica.

Na Resolução CFESS N° 533, de 29 de setembro de 2008, ementa que regulamenta a Supervisão Direta de Estágio no Serviço Social, está descrito que,

O Estágio Supervisionado é uma atividade curricular obrigatória que se configura a partir da inserção do aluno no espaço sócioinstitucional, objetivando capacitá-lo para o exercício profissional, o que pressupõe supervisão sistemática. Esta Supervisão será feita conjuntamente por professor supervisor e por profissional do campo, com base em planos de estágio elaborados em conjunto pelas unidades de ensino e organizações que oferecem estágio (CFESS, 2008, p.1).

Compreende-se assim, a importância indispensável de um estágio supervisionado baseado numa postura crítica, prática e reflexiva frente às inquietações pertinentes ao curso de Serviço Social. O estágio coloca o aluno/estagiário em relação direta com a prática profissional do Assistente Social permitindo ao mesmo vivenciar a relação entre as teorias aprendidas em sala de aula e a prática do cotidiano profissional, formando profissionais mais capacitados para o exercício profissional e fortalecendo de forma direta a categoria dos Assistentes Sociais.

Tomando por referência a Universidade Federal de Sergipe, é constatado que o estágio está regulamentado pelas Normas Específicas de Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório de cada curso.

A Resolução vigente do curso de Serviço Social é nº 22/2010/CONEPE, que estabelece, no Artigo 9º, para o estágio supervisionado de Serviço Social uma carga horária de 450 horas, dividido em três períodos que são o estágio I, II e III, começando no 8º período e terminando no 10º. Vale lembrar que as disciplinas LEP I, II e III, fazem parte do estágio juntamente com as disciplinas Estágio Supervisionado I, II e III. Ressalta-se que é nas disciplinas de LEP aonde ocorre o diálogo com o professor pedagógico sobre as atividades exercidas na instituição. Salienta-se que o estágio já passou por várias alterações, entre elas no ano de 1992, com aprovação da nova estrutura curricular do curso de Serviço Social só existiam o estágio supervisionado I, com 225 horas e o II, com 240 horas, de acordo com a Resolução 008/1992/CONEPE.

O estágio supervisionado se constitui como componente obrigatório da grade curricular do curso em Serviço Social desde a criação do primeiro curso, em 1936, em São

Paulo. Ele se configura como instrumento de fundamental importância para a formação de uma postura profissional que seja consoante com o Projeto Ético-Político da profissão.

4.1. ESTÁGIO SUPERVISIONADO CURRICULAR OBRIGATÓRIO NAS ONG'S - ANÁLISES DOS DADOS DOS RELATÓRIOS DE ESTÁGIOS

Fernandez (1997, p.27) considera que o terceiro setor é composto de organizações sem fins lucrativos, criados e mantidos pela ênfase na participação voluntária, num âmbito não-governamental, dando continuidade às práticas tradicionais de caridade, de filantropia e de mecenato e expandindo-se seu sentido para outros domínios, graças sobretudo, a incorporação do conceito de cidadania, e de suas múltiplas manifestações na sociedade civil. Desta forma o terceiro setor é constituído por organizações privadas sem fins lucrativos que geram bens, serviços públicos e privados. A expressão terceiro setor está correlacionado a outras como: não governamental, sociedade civil, sem fins lucrativos, filantrópicas, sociais, solidárias, independentes, caridosas de base etc.

Foi o denominado terceiro setor que se constituiu objeto da pesquisa realizada, a curiosidade em relação a atuação do discente nesse espaço sócio ocupacional suscitou o interesse em verificar, entre outros aspectos, se as práticas tradicionais da caridade comuns a essas instituições ainda se fazem presentes.

Abaixo são apresentados os dados da pesquisa através de quadros e gráficos com suas respectivas análises:

Quadro 2. Instituições x quantidades de relatórios

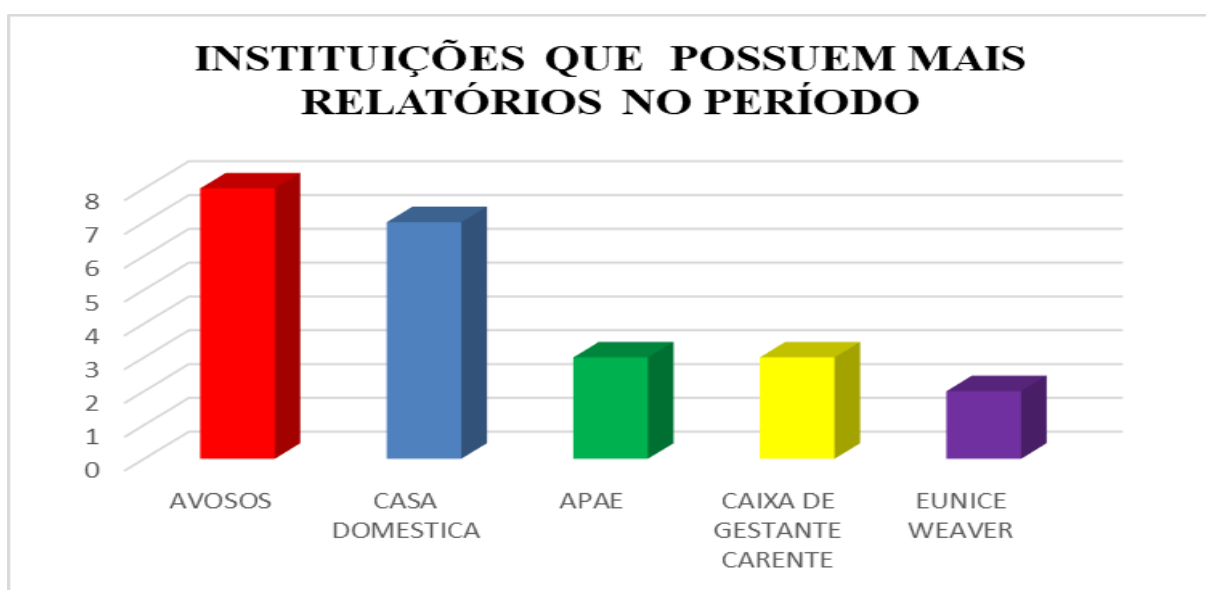
Nº DE ORDEM	INSTITUIÇÕES	TOTAL DE RELATÓRIOS DE CADA INSTITUIÇÃO
01	AVOSOS	08
02	CASA DA DOMÉSTICA “DOM JOSÉ VICENTE TÁVORA”	07
03	APAE	03
04	CAIXA DE GESTANTE CARENTE	03
05	EUNICE WEAVER DE ARACAJU	02
06	APABB	01
07	AMO	01
08	CAP	01
09	ADEVISE	01
10	CREESE	01
11	LBV	01
12	ESFA	01
13	SACI	01
14	IPAESE	01
	TOTAL	32

Fonte: Elaboração própria a partir de relatórios

Neste quadro há o número total de instituições encontradas em nossa pesquisa e os números de relatórios de cada uma dentro do período em que foi feita a análise. Sendo 14 o número total de instituições e 32 o número total de relatórios localizados. Vale ressaltar que pode haver outros relatórios dentro do período, porém, no momento da coleta de dados não

foram encontrados no Departamento. Observa-se que a AVOSOS foi a instituição que mais foi campo de estágio com a localização de oito relatórios, em seguida a Casa da Doméstica “DOM JOSÉ VICENTE TÁVORA” com 7; a APAE; e a Caixa de Gestante Carente cada uma com 3; a Eunice Weaver de Aracaju com (2); e por último foram localizados um (1) relatório para as seguintes instituições: APABB; IPAESE; AMO; CAP; ADEWISE; CREESE; LBV; Externato São Francisco de Assis e SACI.

Gráfico.1 -Instituições que foram mais vezes campo de estágio.



Fonte: Elaboração própria a partir de relatórios

O período que foi feito a análise dos relatórios compreendeu o ano de 1995 a 2017, sendo que nesse último ano, não foram encontrados relatórios. A característica em comum das instituições é o seu trabalho voltado para ações sociais direcionadas para um público de pessoas em situação de vulnerabilidade que acessam programas, projetos, serviços vinculados às políticas públicas. Por isso, as instituições do terceiro setor como já foi citado acima, surgiram para, através de contribuição da população, amenizar a falta da assistência aos usuários que necessitam de uma atenção maior do Estado através de políticas sociais. A seguir uma breve descrição das instituições que receberam estagiários durante o período que abrangeu a pesquisa.

A Casa Tia Ruth de Apoio à Criança e ao Adolescente com Câncer (AVOSOS)⁴ instituição que durante o período de pesquisa foi a que teve maior número de relatórios, é uma

⁴ AVOSOS- Disponível em< <http://avosos.org.br/Acesso> > Acesso em: 02 set.2018

casa de apoio direcionada a crianças e adolescentes com câncer, juntamente com suas famílias. Ela promove ações na área da assistência social e da saúde.

A Casa da Doméstica “Dom José Vicente Távora”⁵, foi a segunda instituição que mais apareceu na pesquisa, ela foi criada pela Arquidiocese de Aracaju, em 1968, com o objetivo de orientar e educar a doméstica. Ao longo do tempo foi visto a necessidade de criar uma creche para os filhos das domésticas e então foi criada a Creche Dom Távora (1975) e a Escola Euvaldo Diniz Gonçalves (2008). Sendo que a escola tem um contrato com a Secretaria de Estado da Educação. Nela possui programas socioeducativos direcionadas a crianças, adolescentes, famílias e as profissionais domésticas.

A Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE)⁶, tem seu trabalho voltado para pessoas com deficiência intelectual e/ou múltipla, onde presta serviços na área da saúde, educação e assistência social. Sua missão é promover e articular ações de defesa de direitos, prevenção, orientações, prestação de serviços, apoio à família, direcionada à melhoria da qualidade de vida e inclusão da pessoa com deficiência e à construção de uma sociedade justa e solidária.

A Caixa da Gestante Carente⁷, foi uma instituição que trabalhava com mulheres carentes, de preferência adolescentes que estavam gestantes. Atualmente a instituição não funciona mais, apenas possui o prédio que fica localizado na rua Itabaiana, nº 66 no centro de Aracaju.

A Eunice Weaver de Aracaju⁸ - instituição voltada para o social, que desenvolvia o Programa de erradicação ao trabalho infantil (PETI). A instituição atualmente não funciona devido a processos no Ministério Público relacionados a desvio de renda. Devido ao seu não funcionamento é difícil encontrar informações nos sites.

A Legião da Boa Vontade (LBV)⁹, é uma associação civil privada, de caráter filantrópico que presta serviços socioassistenciais as crianças, idosos e famílias de baixa

⁵ CASA DOMÉSTICA, fonte: BRITO, e Costa. Relatório final de Estágio Supervisionado em Serviço Social. São Cristovão-se.UFS,2002.

⁶ APAE Disponível em:< <http://apaearacaju.org.br/quemsomos.php> >. Acesso em: 02 set. 2018.

⁷ Caixa de gestante carente Disponível em : <<http://www.encontraaracaju.com.br/e/entidades-beneficentes-em-aracaju.shtml>>. Acesso em: 02 set. 2018

⁸ EUNICE WEAVER Disponível em:< <https://infonet.com.br/noticias/politica/justica-condena-ex-secretaria-da-prefeitura-de-aracaju/>>. Acesso em: 02 set. 2018

⁹ LBV Disponível em: < <https://www.lbv.org/>> Acesso em: 01 set.2018

renda, possuindo um serviço de proteção básica e de proteção social de alta complexidade na área da educação e assistência.

A Associação de Pais, Amigos e Pessoas com Deficiência (APABB)¹⁰, de Funcionários do Banco do Brasil e da Comunidade, é uma instituição sem fins lucrativos, com certificado de filantropia e utilidade pública, voltada à inclusão e à qualidade de vida das pessoas com deficiência e ao apoio às suas famílias. A APABB tem como missão realizar ações em prol das pessoas com deficiência e de suas famílias, bem como trabalhar na defesa dos seus direitos, contribuindo para sua inclusão social e melhoria de sua qualidade de vida. A associação atua na área do serviço social e desenvolve projetos de lazer e esporte, além de participar ativamente das políticas públicas de defesa dos direitos da pessoa com deficiência. Atualmente tem assento como titular do Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência (CONADE).

A Associação dos Amigos da Oncologia (AMO)¹¹, presta serviços assistências a crianças, adolescentes, adultos e idosos com câncer. Utiliza das políticas sociais de saúde e assistência no desenvolvimento de seus serviços à comunidade que deles necessitam.

O Centro de Referência em Educação Especial do estado de Sergipe (CREESE)¹², desenvolve atividades para pessoas com necessidades educacionais especiais.

O Externato São Francisco de Assis (ESFA)¹³, é uma instituição que atua na área social, atendendo crianças de famílias carentes e/ou em situação de vulnerabilidade social.

O Instituto Pedagógico de Apoio à Educação do Surdo de Sergipe (IPAESE)¹⁴, é uma escola especializada para surdos em Sergipe.

A Associação dos Deficientes Visuais de Sergipe (ADEVISE)¹⁵- é uma Organização Não Governamental que luta pelo direito das pessoas com deficiência visual e pela inclusão destes cidadãos na sociedade, sobretudo no mercado de trabalho. A entidade realiza diversos cursos buscando priorizar o público com deficiência visual. Entre as atividades, há treinamentos em braille, artesanato, soroban, informática, orientação e mobilidade; judô, entre outros. Além disso, é disponibilizado atendimento psicológico ao público alvo da organização social.

¹⁰ APABB- Disponível em:< <https://www.apabb.org.br/nucleos/se.html> >. Acesso em: 02 set. 2018.

¹¹ AMO- Disponível em:< <http://www.amigosdaoncologia.org.br/>>. Acesso em: 02 set. 2018.

¹² CREESE -Disponível em:< http://www.seed.se.gov.br/ed_esp/creese.asp/>. Acesso em: 02 set. 2018.

¹³ ESFA- Disponível em:<<https://www.externatosaofrancisco.com.br/> Acesso em: 02 de set. 2018

¹⁴ IPAESE. Disponível em:< <http://ipaese.org.br/>>. Acesso em: 02 set.2018

¹⁵ ADEVISE -Disponível em:< <https://www.inclusaosocial.com/adevise/>> Acesso em: 01 set. 2018

O Centro de Apoio Pedagógico para Atendimento as Pessoas com Deficiência Visual (CAP)¹⁶. Institucionalizado pelo Ministério da Educação através da Secretaria de Educação Especial (SEESP), é resultado de um trabalho conjunto com entidades filiadas a UBC (União Brasileira de Cegos), ABEDEV (Associação Brasileira de Educadores de Deficientes Visuais); Instituto Benjamin Constant/ RJ (escola para cegos que especializa professores nessa área); Fundação Dorina Nowill para cegos/SP. Foi concebido numa perspectiva de constituir-se numa ação política pública e unidade de serviços de apoio pedagógico para suplementação didática ao sistema de ensino com envolvimento de órgãos governamentais e não-governamentais, além da participação da comunidade. Inspira-se na experiência bem-sucedida de um CAP vinculado a Secretária de Educação do Estado de São Paulo que funciona como centro de referência oferecendo serviços voltados à questão pedagógica e suporte didático.

A Sociedade Afrosergipana de Estudo e cidadania (SACI)¹⁷, foi criada em maio de 1986, vinculada a política de combate ao racismo e tinha por objetivo a promoção do desenvolvimento sustentável das comunidades afro-sergipanas. Atualmente, ela não funciona, pois, foi fechada após um processo do Ministério Público.

Conforme verificado nas informações acima, retiradas do próprio site das ONG's e de alguns relatórios de estágio, percebe-se que a AVOSOS e a AMO são voltadas ao tratamento de pacientes oncológicos, sendo a primeira mais voltada para crianças e adolescentes e a segunda para adultos. O público assistido na APABB, APAE, ADEWISE, CAP, CREESE e IPAESE, é aquele com algum tipo de deficiência: intelectual, visual e/ou auditiva. Já o da LBV, ESFA, CASA DA DOMESTICA, EUNICE WEAVER e CAIXA DE GESTANTE são voltados mais para educação e assistência pessoas carentes. A SACI era única instituição que tinha seu público e objetivo diferenciado das outras, pois tinha como missão a promoção do desenvolvimento das comunidades afro-sergipanas.

Algumas instituições que aparecem na pesquisa não possuem site, o que dificultou a coleta de informações, algumas por não existirem mais, como é caso: da Caixa da Gestante Carente, a Sociedade Afrosergipana de Estudo e cidadania e a Eunice Weaver de Aracaju.

¹⁶ CAP-ROCHA, Helenilda. **Relatório final de Estágio Supervisionado em Serviço Social**. São Cristóvão-se.UFS,2002.

¹⁷ SACI-Disponível em:< http://www.nenoticias.com.br/55274_movida-acao-de-dissolucao-da-sociedade-afrosergipana-de-estudos-e-cidadania.html/>. Acesso em: 01 set. 2018

Quadro 3. Gênero dos Estagiários

GÊNERO	TOTAL
FEMININO	39
MASCULINO	01
-	40

Fonte: Elaboração própria a partir de relatórios

Um dado que foi bastante notável e que vale uma breve reflexão foi em relação ao gênero dos estagiários. De um total de 40 estagiários: 39 são mulheres e apenas 1 homem. Esse dado é um reflexo da gênese do serviço social no Brasil ligada as “moças boas” ou “damas de caridade”, como eram conhecidas as mulheres que praticavam o assistencialismo. Mesmo o serviço social passando por transformações e ter assumido outra direção social fundamentada na teoria social de Marx, com uma formação profissional generalista, ainda assim, são poucos os profissionais do sexo masculino, sendo o curso historicamente composto por sua grande maioria por mulheres. Como podemos verificar no quadro 3.

Quadro 4. Políticas Sociais desenvolvidas nas ONGs

Nº ORDEM	POLÍTICAS SOCIAIS	TOTAL
01	EDUCAÇÃO	10
02	ASSISTÊNCIA	09
03	SAÚDE	03
04	MAIS DE UMA POLÍTICA UTILIZADA	07

Fonte: Elaboração própria a partir de relatórios

Conforme verificado no quadro 4, a política mais utilizada é a da educação, seguida da assistência, porém, a diferença entre as duas é bastante pequena. A saúde foi localizada em 3 relatórios. Sendo verificado que em algumas instituições há articulação com mais de uma política.

As 9 instituições identificadas em que aspectos da Política da Assistência estão presentes nos relatórios de estágio analisados são: AVOSOS, AMO, APABB, APAE, CAIXA DE GESTANTE, EUNICE WEAVER, ESFA, LBV e SACI.

As 10 identificadas que têm como referência a Política de Educação são: APAE, CASA DA DOMÉSTICA, ADEWISE, CAP, CREESE, ESFA, SACI, IPAESE, EUNICE WEAVER e LBV. As 3 instituições aonde a Política de Saúde está presente são: AVOSOS, AMO e APAE. As 7 instituições identificadas que utilizam mais de uma política social são:

AVOSOS, LBV, EUNICE WEAVER, APAE, AMO, ESFA e SACI. Identificou-se que a política de assistência é presente na maioria das instituições de forma conjunta com as outras políticas sociais, de educação e saúde. Devido a isso foi necessário trazer algumas considerações a respeito da Política da Assistência Social (PNAS).

A partir da Constituição Federal de 1988, regulamentada pela Lei nº 8.742, de 07 de dezembro de 1993, intitulada Lei Orgânica da Assistência Social, novos conceitos e modelos de assistência social passaram a vigorar no Brasil, sendo esta colocada como direito de cidadania, com vistas a garantir o atendimento às necessidades básicas dos segmentos populacionais vulnerabilizados pela pobreza e pela exclusão social. (Portaria nº 2.301, de 8 de junho de 2018).

A Lei Orgânica da Assistência Social dispõe sobre a organização da assistência social. É o instrumento legal que regulamenta os pressupostos constitucionais, ou seja, aquilo que está escrito na Constituição Federal, nos artigos 203 e 204, que definem e garantem os direitos à assistência social. Esta lei institui benefícios, serviços, programas e projetos destinados ao enfrentamento da exclusão social dos segmentos mais vulnerabilizados. O núcleo, ou foco principal dos serviços assistenciais, é constituído pelas famílias vulnerabilizadas pela pobreza e exclusão social. Focaliza-se o grupo familiar e a comunidade por serem espaços sociais naturais de proteção e inclusão social. Valoriza-se a implementação de ações e serviços intersetoriais.

A Política de Assistência Social é uma política que junto com as políticas setoriais, considera as desigualdades sócio territoriais, visando seu enfrentamento, à garantia dos mínimos sociais, ao provimento de condições para atender à sociedade e à universalização dos direitos sociais. O público dessa política é constituído por cidadãos e grupos que se encontram em situações de risco. Ela significa garantir a todos, que dela necessitam, e sem contribuição prévia a provisão dessa proteção. A Política de Assistência Social vai permitir a padronização, melhoria e ampliação dos serviços de assistência no país, respeitando as diferenças locais. (PNAS/04 – SUAS).

Quadro 5. Supervisores Acadêmico X Quantidade de supervisão

Nº DE ORDEM	SUPERVISORES ACADÊMICOS	QUANT.
01	Ana Maria Vasconcelos Melo	06
02	Marlene dos Santos Alves	05
03	Clarissa Andrade Carvalho	04
04	Maria Conceição Vasconcelos Gonçalves	03
05	Nadja Leite Diniz	03
06	Rosangela Marques dos Santos	03
07	Noêmia Lima Silva	02
08	Liliádia da Silva O. Barreto	01
09	Michelle Marry C. Campos	01
10	Cândida Margarida O. Matos	01
11	Ìris Aragão	01
12	Eliana Marcos	01
13	Maria Conceição Almeida Vasconcelos	01
14	Maria Cecília Tavares	01
15	Ana Elisa Corrêa Fernandes	01

Fonte: Elaboração própria a partir de relatórios

No quadro 5 observa-se que o total de supervisores acadêmicos é diferente do total de relatórios encontrados, pois, em alguns relatórios aparecem dois supervisores acadêmicos. Continuando o debate da questão de gênero no serviço social, não foi identificado nenhum supervisor, apenas docentes do sexo feminino, o que suscita o questionamento. Porque, diante de tantas mudanças na conjuntura, e na profissão, ainda é pouco visível a inserção do homem no Serviço Social?

Outra observação neste quadro, é que possuem algumas docentes que aparecem mais de duas vezes na pesquisa, isto é, assumem com mais frequência disciplinas vinculadas ao estágio. Daí os questionamentos: por que se daria esse fato? Estas docentes possuem especialização na área? Há alguma ligação com o campo de estágio ou identificação com a política social? Afinal, qual seria o motivo de aparecerem mais vezes.

Outro dado a ser comentado refere-se as docentes que já estão aposentadas (1;2;5) e docentes substitutos, contrato de no máximo 2 anos (9; 10).

Quadro 6. Supervisores de Campo X Quantidade de supervisão

Nº DE ORDEM	SUPERVISORES DE CAMPO	QUANTIDADE TOTAL DE SUPERVISÃO
01	Ana Elisa C. Fernandes	05
02	Valeria Ferreira de Sant' ana	04
03	Maria Anizia Góes de Araújo	03
04	NÃO INFORMADO	03
05	Maria Auxiliadora M. Vasconcelos	02
06	Maria Conceição Batista Souza	02
07	Marlene dos Santos Alves	02
08	Maria Ester de M. Calasans	01
09	Tereza Cristina S. Martins	01
10	Eliana Santana Paes Barreto	01
11	Albany Mendonça	01
12	Iza Conceição Leó do Prado	01
13	Sônia de Matos Santos	01
14	Carla Vanessa do Nascimento	01
15	Leila Carla Santos de Melo	01
16	Anair Santos Viana	01
17	Sara Monica Andrade de Melo	01
18	Meiry Ane Nei B. de Santana	01

Fonte: Elaboração própria a partir de relatórios

No quadro 6. Percebe-se que aconteceu o mesmo do quadro anterior, a quantidade de supervisores de campo é maior que as quantidades de relatórios localizados. A explicação se deve ao fato de que em alguns relatórios são citados dois supervisores, porém não foi informado o motivo de ter tido dois supervisores. E em alguns relatórios não foi informado/identificado o supervisor de campo.

Verifica-se também que neste quadro não aparecem supervisores de campo do sexo masculino, salvo que possa ter aparecido nos relatórios que não foram identificados/informado os nomes.

A seguir serão apresentados quadros por instituição vinculando os projetos de intervenção à política e o ano em que foi realizado o estágio.

Quadro 7. AVOSOS- Casa tia Ruth de apoio à criança e adolescente com câncer/ projetos/ política/ ano.

INSTITUIÇÃO	PROJETOS DE INTERVENÇÃO	POLÍTICA SOCIAL	ANO
AVOSOS	Programa Fada Madrinha: Chegou a Hora de Trocar	Saúde	2000
	Acompanhando Acompanhantes e Pacientes Oncológicos		
	Qualidade de Vida- Educação a Comunidade	Saúde	2001
	Construindo a Cidadania Com Crianças e Adolescentes da Casa de Apoio a Criança Com Câncer "Tia Ruth"	Saúde	2002
	Viver É Vencer	Saúde	2004
	Avosos No Cotidiano Do Internamento Hospitalar		
	Na Hora Do Sono	Saúde	2005
	O Programa Bolsa Família E As Usuárias Da Avosos: Socializando Informações	Assistência Social	2016

Fonte: Elaboração própria a partir de relatórios

No quadro 7 aparecem todos os projetos de intervenções realizados na AVOSOS no período da pesquisa. Ao todo foram 8 projetos de intervenção, entre os anos de 2000 a 2016. Não foi identificado o motivo do intervalo de anos entre o penúltimo projeto/2005 e o último na instituição/2016. Por que durante tanto tempo a instituição ficou sem receber estagiários de Serviço Social? Observa-se que a política social que subsidia o foco dos projetos é voltada em sua maioria à política da saúde. A PNAS aparece no seu último projeto que foi sobre o Programa Bolsa Família.

O Programa Bolsa Família (PBF) é uma das ações desenvolvidas pelo serviço de Proteção Social Básica oferecido pelo Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) e tem como objetivo o combate à fome, à pobreza e à desigualdade social, com atuação da transferência direta de renda condicionada, associada à garantia de acesso aos direitos sociais básicos (saúde, educação, alimentação e assistência social). Visa também, “promover a inclusão social e contribuir para a emancipação das famílias beneficiárias, construindo meios e condições para que elas possam sair da situação de vulnerabilidade em que se encontram”. (SILVA e SILVA; YAZBECK; GIOVANNI, 2014, P.148)

A supervisora de campo do último relatório da AVOSOS, destaca que a inserção da estagiária no campo de estágio proporcionou o contato direto com os usuários da AVOSOS, com a política institucional e a política da saúde, visto que o Serviço Social na instituição está

voltado para esse campo, pois atua diretamente no apoio e tratamento às crianças e adolescente com doenças oncológicas e hematológicas crônicas. (OLIVEIRA, 2017, p. 11)

Os objetivos do Serviço Social na instituição são voltados para realizar ações sócio assistenciais para o paciente portador de oncologia e hematologia, com a finalidade de dar suporte ao tratamento hospitalar (HUSE e HU), por meio da complementação das condições sociais e econômicas, bem como contribuir para a promoção da saúde e participação social e o pleno exercício da cidadania.

Benefícios oferecidos: Hospedagem, refeição, cesta de alimentos, passagens intermunicipais e interestaduais, transporte para o hospital, exames, consultas e medicamentos complementares (Centro de Oncologia).

Ações: Acolhimento da família e paciente, Cadastro social; Orientação social. Encaminhamentos externos (exames e consultas); Atividades externas visita domiciliar e hospitalar. Realização de Projetos (Casinha Feliz, Diagnóstico Precoce, Apoio ao tratamento hospitalar/ambulatorial). Reuniões mensais com família de pacientes.

Quadro 8. Casa da Doméstica “ Dom José Vicente Távora/ projetos/ política/ ano.

INSTITUIÇÃO	PROJETOS DE INTERVENÇÃO	POLÍTICA SOCIAL	ANO
CASA DA DOMÉSTICA DOM JOSÉ VICENTE TÁVORA	Mulher/ Mãe/ Cidadã	Educação	1995
	Participar Para Dinamizar		
	Ampliando Horizontes		2002
	Ampliando Horizontes II		
	O Emprego Doméstico no Mundo do Trabalho		
	Viver é, Acima de Tudo, Relacionar-Se: A Importância Interdisciplinar Entre Família-Criança-Instituição Para O Fortalecimento da Função Social da Creche		2004
	Vamos Manter a Creche Viva		2007

Fonte: Elaboração própria a partir de relatórios

Conforme mostra no quadro 8 na Casa da Doméstica, no período da pesquisa foram localizados 7 projetos de intervenção, sendo todos voltadas a política social na área da educação.

O Serviço Social na Casa Doméstica Dom Távora trabalha no atendimento contínuo as mães, pais e crianças, tentando esclarecer da melhor forma os pais sobre os cuidados

necessários que devem ter com seus filhos, mostrando a importância de incentivarem o desenvolvimento social, emocional e cultural da criança.

A educação infantil, prestada as classes populares através da pré-escola, sofreu várias transformações tanto no âmbito político, trazendo a criança para este cenário como sujeitos de direitos, como institucional, onde o atendimento passou do caráter essencialmente assistencialista para o educacional.

A política educacional no Brasil passou por transformações conjunturais, influenciadas diretamente pelos condicionantes sociais, econômicos e políticos, que contribuíram para o surgimento de algumas funções, repercutindo na situação do sistema educacional atual. (MENEZES, MELO, 2002 p.13)

A Lei de Diretrizes e Bases (LDB),¹⁸ promulgada em 1961, estabelecia que o ensino no Brasil poderia ser ministrado tanto pelo setor público quanto pelo setor privado em todos os níveis, desaparecendo assim a obrigatoriedade do ensino primário gratuito, prevendo também que o estado poderia subvencionar estabelecimentos de ensino particulares. A cooperação financeira do estado seria feita sob a forma de bolsas de estudos, empréstimos para a construção, reformas e custeio na infraestrutura das escolas.

Em contrapartida a LDB também obrigava o governo a investir 12% de sua receita de impostos em educação, ao mesmo tempo em que desresponsabilizava o estado pela obrigatoriedade do ensino primário gratuito, incentivava o crescimento das instituições de ensino particulares.

A LDB 9394/96, aprovada em 1996, pode ser considerada um marco nas mudanças que começaram a serem gestadas no campo educacional, tendo como um dos seus objetivos a colaboração nas atividades profissionais e acadêmicas dos educadores, estudantes e demais trabalhadores da educação. A LDB (1996) tem como missão fornecer meios e instrumentos que facilitem o seu navegar pelos canais, nem sempre visíveis na legislação educacional brasileira.

Cabe ressaltar que muitas escolas privadas filantrópicas, observando e vivenciando a necessidade do assistente social ser um dos profissionais inserido na educação, já incluíram o Serviço Social no contexto escolar, que além de atuar nas demandas citadas anteriormente,

¹⁸ SANTOS, André. **A política de educação no Brasil: implantação do serviço social escolar**. Disponível em: <<https://meuartigo.brasilecola.uol.com.br/educacao/a-politica-educacao-no-brasil-implantacao-servico-.htm>>. Acesso em: 02 de set. 2018.

intervêm diretamente em projetos sociais que atendam crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social e também suas famílias, tendo como objetivo a proteção integral e formação para a cidadania. (SANTOS,2018)

Os projetos de intervenção identificados na Casa Doméstica eram voltados para orientação educacional da família, a maioria tinha tendo como foco a mulher. Realçando a política social principal utilizada pela instituição, a da educação.

Quadro 9. APAE- Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais/ projetos/ política/ ano.

INSTITUIÇÃO	PROJETOS DE INTERVENÇÃO	POLÍTICA SOCIAL	ANO
APAE	Projeto Família: Uma Busca na Evolução da Criança	Assistência	2004
	Deficiência Mental: Inclusão Social e Cidadania	Saúde e Educação	2008
	A Família e Sua Importância no Desenvolvimento Profissional da Pessoa Com Deficiência Mental		

Fonte: Elaboração própria a partir de relatórios

Na APAE foram identificados 3 projetos de intervenção no período de análise. Sendo que a instituição trabalha ações vinculadas as 3 políticas sociais, assistência social, saúde e educação. É uma instituição que funciona a nível nacional, ou seja, está presente em diferentes locais (municípios, estados) havendo articulação entre si. Em Sergipe está localizada nas cidades de Aracaju, Lagarto e Itabaiana. Os recursos para a manutenção da instituição são oriundos de convênios federais, estaduais e municipais, contribuição de associados, doações e vendas de produtos utilitários feitos nas oficinas pelos alunos. Constatase a partir dos títulos dos projetos de intervenção a preocupação em trabalhar a família. (NASCIMENTO,2004 p.10 e 11)

Quadro 10. Caixa de Gestante Carente/ projetos/ política/ ano.

INSTITUIÇÃO	PROJETOS DE INTERVENÇÃO	POLÍTICA SOCIAL	ANO
CAIXA DE GESTANTE CARENTE	A Importância do Pré-Natal	Assistência	2006
	A Inserção do Planejamento Familiar no Plano de Trabalho da Caixa De Gestante		
	A Menina Que Virou Mãe: Adolescentes Grávidas, Um Novo Desafio Para a Caixa de Gestante Carente		2007

Fonte: Elaboração própria a partir de relatórios

A Caixa de Gestante surgiu de um projeto realizado pela Casa Doméstica Dom Távora. O mesmo teve tanto sucesso que acabou sendo desvinculado da instituição e se tornando uma ONG. Atualmente, instituição não funciona mais.

Conforme verificado no quadro 10 a Caixa de Gestante Carente, atualmente desativada possuiu 3 projetos de intervenção presentes nos relatórios de estágio identificados com foco na assistência social. O público-alvo da instituição eram adolescentes grávidas em situação de vulnerabilidade social. Observa-se pelos títulos a ênfase no pré-natal e planejamento familiar.

Quadro 11. Eunice Weaver de Aracaju/ projetos/ política/ ano.

INSTITUIÇÃO	PROJETOS DE INTERVENÇÃO	POLÍTICA SOCIAL	ANO
EUNICE WEAVER DE ARACAJU	Jovem Administrador	Assistência e Educação	2007
	Família: Uma Nova Incursão Rumo Ao Resgate de Sua Centralidade das Ações do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil- PETI		

Fonte: Elaboração própria a partir de relatórios

Conforme observa-se no quadro acima foi localizado 2 dois relatórios de estágio curricular obrigatório na instituição Eunice Weaver de Aracaju no ano de 2007. Sendo que o primeiro projeto de intervenção foi focado no próprio público da instituição: o jovem. Enquanto o segundo projeto trabalhou com a família das crianças e adolescentes através do programa desenvolvido pela instituição o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI).

A Eunice Weaver atualmente não funciona, a mesma utilizava a política social de assistência e educação. Segundo relatos dos estagiários havia uma precarização no espaço sócio ocupacional.

Quadro 12. ADEWISE- Associação dos Deficientes Visuais de Sergipe projetos/ política/ ano.

INSTITUIÇÃO	PROJETOS DE INTERVENÇÃO	POLÍTICA SOCIAL	ANO
ADEWISE	Curso de Relações Humanas	Educação	2008

Fonte: Elaboração própria a partir de relatórios

A Associação dos Deficientes Visuais de Sergipe (ADEVISE) foi implantada alguns meses após o CAP, em 12 de junho de 1999. Desde então faz parceria com o CAP no intuito de acrescentar possibilidades e ações aos alunos do Centro, aos seus associados (deficientes visuais) e a comunidade como um todo. É uma sociedade civil, sem fins lucrativos, beneficente, autônoma, a político-partidária, de caráter reivindicatório que abrange toda a área territorial do Estado de Sergipe.

Como mostra o quadro 12 só foi identificado um relatório de estágio na ADEVISE do ano de 2008, sendo assim, só possuiu um projeto de intervenção no período da pesquisa e foi visto que a ênfase do conteúdo do projeto estava relacionada à política social da educação. O projeto foi realizado pensando melhorar a relação dos usuários com suas famílias.

Quadro 13.AMO- Associação dos Amigos da Oncologia/ projetos/ política/ ano.

INSTITUIÇÃO	PROJETOS DE INTERVENÇÃO	POLÍTICA SOCIAL	ANO
AMO	A AMO em minha casa: acompanhamento sócio-familiar aos assistidos no tocante tratamento do câncer, bem como para o conhecimento de uma cultura de cidadania	Saúde e Assistência	2009

Fonte: Elaboração própria a partir de relatórios

A AMO, foi fundada, em 21 de novembro de 1996, por uma equipe de profissionais de saúde vinculados ao Hospital de Clínicas Dr. Augusto Leite, popularmente conhecido como Hospital de Cirurgia, e pelo grupo “Rainha da Paz”, que realizava trabalho voluntário e que estava vinculado ao Serviço Social do mesmo centro de saúde. Nessa época, a Associação dos Voluntários a Serviço da Oncologia em Sergipe – AVOSOS foi convidada para administrar o novo centro de oncologia do Estado, que fica numa área anexa ao Hospital de Urgência de Sergipe. A transferência desse serviço deixou um vazio na assistência à criança e ao adolescente com câncer no Hospital de Cirurgia, sendo imediatamente preenchido pelos voluntários da AMO.

No ano de 1996, uma junta médica constatou a necessidade dos serviços prestados pela AVOSOS e convidou os voluntários do grupo “Rainha da Paz”, os médicos oncologistas e as assistentes sociais do hospital para criar uma associação que prestasse assistência a

peessoas com câncer sem restrição de idade, cuidando não apenas de criança e adolescente, mas também do adulto e do idoso, que são os principais públicos atingidos pelo câncer.

Foi localizado apenas um relatório de estágio no DSS da AMO no período da pesquisa. Vale ressaltar que podem ter outros relatórios, mas não se encontravam no departamento no momento da coleta de dados. A política social da instituição é voltada a área da saúde e assistência. E como pode-se observar o seu projeto de intervenção foi realizado voltado para a família. Portanto, sendo utilizada a política da saúde e da assistência.

Quadro 14. Associação de Pais e Amigos de Pessoas Portadoras de Deficiências dos Funcionários do Banco do Brasil/ projetos/ política/ ano.

INSTITUIÇÃO	PROJETOS DE INTERVENÇÃO	POLÍTICA SOCIAL	ANO
APABB	Mobilização dos Sócios da APABB- Associação dos Pais e Amigos de Pessoas Portadoras de Deficiências dos Funcionários do Banco do Brasil	Saúde e Assistência	1998

Fonte: Elaboração própria a partir de relatórios

A Associação de Pais e Amigos de Pessoas Portadoras de Deficiências dos Funcionários do Banco do Brasil (APABB) surgiu em 1987, tendo como objetivo principal prestar assistência às pessoas portadoras de deficiências, funcionários e/ou seus dependentes mediante orientação, acompanhamento e encaminhamento para uma real intervenção na busca de soluções, promovendo a integração social das pessoas portadoras de deficiências e seus familiares.

A APABB Sergipe foi fundada em 1995 em Aracaju e foi o segundo Núcleo Regional da instituição instalado na região nordeste do País. A unidade sergipana funciona de maneira independente e desenvolve todos os programas da associação: Atenção às Famílias e a Pessoa com Deficiência, Esporte, Lazer, Capacitação e Qualificação Profissional. Atualmente, conta com mais de 300 apoiadores e realiza mais de 3.000 atendimentos anuais. O Núcleo Regional tem Título de Utilidade Pública Municipal, Estadual e Federal, participa do Conselho Estadual dos Direitos da Pessoa com Deficiência, do Conselho Municipal de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência (CMDPCD) e do Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS).

Conforme mostra o quadro 14 só foi localizado um relatório de estágio obrigatório curricular realizado na APBB no ano de 1998. O projeto de intervenção segundo a discente teve como objetivo despertar e estimular nos sócios que compõe o quadro do núcleo Aracaju a importância da participação. E, através de reflexões sobre os problemas relacionados ao portador de deficiência, em sua totalidade, poder trabalhar e orientar o contingente na superação dos obstáculos advindos da problemática em questão, de forma que tivesse uma melhora no relacionamento entre a APABB e seus sócios.

Quadro 15 - CAP- Centro de Apoio Pedagógico para Atendimento às Pessoas com Deficiência Visual projetos/ política/ ano.

INSTITUIÇÃO	PROJETOS DE INTERVENÇÃO	POLÍTICA SOCIAL	ANO
CAP	Uma Trilha Sensorial para a Educação Especial	Educação	2002

Fonte: Elaboração própria a partir de relatórios

O quadro 15 mostra que no CAP, foi localizado um projeto de intervenção elaborado por estagiário no período da análise. O estágio ocorreu no ano de 2002 e o mesmo teve como base a política social inserida na instituição a educação.

O público atendido pelo CAP é composto pelo aluno cego e o de baixa visão matriculados na educação infantil e no ensino fundamental da escola pública, prioritariamente. Mas, atende também aos alunos do ensino médio e tecnológico e na educação superior, da mesma forma que atende às pessoas da comunidade com deficiência visual que não tem ou não teve acesso à educação escolar, após um processo avaliativo, em alguma atividade terapêutica.

Segundo Rocha (2002) o projeto de intervenção desenvolvido no Centro de Apoio Pedagógico para Atendimento às Pessoas com Deficiência Visual visava minimizar as dificuldades que permeavam o aprendizado do aluno do CAP, sendo elas a nível pessoal, familiar ou institucional, proporcionando momentos de reflexão exteriorização de problemas e dificuldades, ansiedades, angustias, opiniões e críticas.

Quadro 16. CREESE /projetos/ política/ ano.

INSTITUIÇÃO	PROJETOS DE INTERVENÇÃO	POLÍTICA SOCIAL	ANO
CREESE	Plantão em serviço social no CREESE: primando por um serviço social, que contribua no sentido de elevar a qualidade do atendimento prestado aos usuários demandatários dos serviços da instituição	Educação e Assistência	1999

Fonte: Elaboração própria a partir de relatórios

O Centro de Referência em Educação Especial desenvolve atividades de grande relevância para a educação e para toda a sociedade sergipana, particularmente para as pessoas com necessidades educacionais especiais, seus familiares e profissionais envolvidos, sendo estas difíceis de serem mencionadas nessa breve exposição. Ele tem sido uma referência e apoio para pesquisadores das universidades e faculdades locais, assim como de outros estados da federação, tendo ainda o reconhecimento da população assistida.

Conforme análise, foi localizado um relatório de estágio obrigatório realizado na instituição no ano de 1999. O estagiário teve como público-alvo do seu projeto o setor serviço social, e seu objetivo como o próprio título do projeto informa era elevar a qualidade do serviço prestado aos usuários da instituição. Vale mensurar que a política utilizada na instituição é a de educação e da assistência.

Quadro 17. ESFA- Externato São Francisco de Assis projetos/ política/ ano.

INSTITUIÇÃO	PROJETOS DE INTERVENÇÃO	POLÍTICA SOCIAL	ANO
ESFA	Educando com a Família	Educação	2001

Fonte: Elaboração própria a partir de relatórios

O Externato São Francisco de Assis, é uma organização sem fins lucrativos, sua política é da educação e suas atividades são voltadas a crianças na faixa etária de 04 a 05 anos que vivem em comunidades carentes e em sua maioria pertencentes a famílias monoparentais, tendo a mulher à frente do lar. O externato oferece Educação infantil em tempo integral às crianças, que também contam ainda com três refeições diárias, recreação e atividades extraclasse, como o plantio de horta.

Dirigido pela Congregação das Irmãs Franciscanas de Nossa Senhora do Bom Conselho, o Externato São Francisco de Assis possui registro no Conselho dos Direitos da

Criança e do Adolescente sob o N° 003, e no Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS), com inscrição n° 038.

Conforme mostra o quadro 17 só foi identificado um projeto de intervenção durante o período de pesquisa. O foco do discente que realizou o estágio na Instituição foi a família da criança, através de palestras educativas.

Quadro 18. IPAESE- Instituto Pedagógico de Apoio à Educação do Surdo de Sergipe projetos/ política/ ano.

INSTITUIÇÃO	PROJETOS DE INTERVENÇÃO	POLÍTICA SOCIAL	ANO
IPAESE	Inserção do Surdo no Mercado de Trabalho; Limites e Possibilidades.	Educação	2006

Fonte: Elaboração própria

O Instituto Pedagógico de Apoio à Educação do Surdo de Sergipe (IPAESE), é uma pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos fundada em 27 de dezembro de 2000, por um grupo de pais de crianças surdas, surgindo como a primeira escola especializada para surdos em Sergipe. Após anos de luta dos pais das crianças e adolescentes surdos na busca do acesso à escola para seus filhos, os quais já estavam passando da idade escolar, sem aprendizagem, sentiu-se a necessidade da soma de esforços pela criação de uma Escola Especializada para Surdos, adotando a Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS

Conforme análise, durante o período de pesquisa foi encontrado apenas um relatório de estágio no DSS do IPAESE. O projeto de intervenção foi focado no próprio usuário da instituição, e em sua inserção do mesmo no mercado de trabalho. O discente destacou que a experiência foi enriquecedora e, durante o estágio realizou o curso de libras ofertado na instituição, o que ajudou no relacionamento com os usuários. Ressalta-se que a instituição trabalha com a política social da educação.

Quadro 19. LBV- Legião da Boa Vontade/ projetos/ política/ ano.

INSTITUIÇÃO	PROJETOS DE INTERVENÇÃO	POLÍTICA SOCIAL	ANO
LBV	Prevenir: A Busca de uma Adolescência Sadia	Assistência e Educação	2000

Fonte: Elaboração própria a partir de relatórios

A Legião da Boa Vontade, foi fundada em 1º de janeiro de 1950 (Dia da Paz e da Confraternização Universal) pelo poeta e radialista Alziro Zarur. Atualmente a Legião da Boa

Vontade (LBV) tem como diretor-presidente o jornalista, escritor, radialista e educador José de Paiva Netto. Ela é uma associação civil de direito privado, beneficente, filantrópica, educacional, cultural, filosófica, ecumênica, altruística e sem fins econômicos, reconhecida no Brasil e no exterior por seu trabalho nas áreas da educação e da assistência social. Atua em prol de famílias de baixa renda, somando ao auxílio material os valores da Espiritualidade Ecumênica. No Brasil, a LBV possui 82 unidades de atendimentos, divididas em:

- 72 Centros Comunitários de Assistência Social (ver as cidades e endereços)
- 1 Centro de Assessoramento (Rio de Janeiro/RJ)
- 3 Lares para idosos (Teófilo Otoni e Uberlândia/MG e Volta Redonda/RJ)
- 5 Escolas (São Paulo/SP; Belém/PA; Taguatinga/DF; Curitiba/PR e Rio de Janeiro/RJ)
- 1 Escola de Capacitação Profissional (São Paulo/SP)

Em quase sete décadas de trabalho, o ideal de Boa Vontade inspirou também a atuação do trabalho da LBV da Argentina, da Bolívia, dos Estados Unidos, do Paraguai, de Portugal e do Uruguai, nas quais as atividades são mantidas graças a doações da população local. (Fonte: site da LBV)

Conforme verifica-se foi localizado durante a pesquisa no DSS apenas um relatório de estágio obrigatório na Legião da Boa Vontade. A instituição trabalha com as políticas de assistência social e de educação e seu projeto foi voltado para adolescentes gestantes de 13 a 20 anos.

Quadro 20. SACI- Sociedade Afrosergipana de estudo e cidadania projetos/ política/ ano.

INSTITUIÇÃO	PROJETOS DE INTERVENÇÃO	POLÍTICA SOCIAL	ANO
SOCIEDADE AFROSERGIPANA DE ESTUDO E CIDADANIA	Oborín lailala lailopim, mulheres sem fronteiras, sem fim	Educação e assistência	2001

Fonte: Elaboração Própria

A Sociedade Afrosergipana de Estudo e cidadania (SACI) foi criada em maio de 1986, sob a denominação de União dos Negros de Aracaju, teve seu nome alterado em 1993, com o objetivo de se adequar ao novo contexto político, econômico e cultural, conforme o art. 2º do

Estatuto, e declarações prestadas por Robson Anselmo¹⁹. Foram-lhe outorgados os títulos de utilidade pública federal, estadual e municipal.

A SACI defendia uma política de combate ao racismo e tinha por objetivo a promoção do desenvolvimento sustentável das comunidades afro-sergipanas. Mas, efetivamente, deixou de cumprir os fins a que se destinava, elencados no art.3º do Estatuto Social, remanescendo apenas sua existência de direito, em face do registro cartorial.

A sua última sede localizava-se na Rua Boquim, nº 477, Centro, conforme o relatório de visita elaborado pela equipe do Serviço Social do Programa de Defesa Comunitária do Ministério Público do Estado de Sergipe.

O Ministério Público do Estado de Sergipe, através da Promotora Especializada em Controle e Fiscalização do Terceiro Setor, Dra. Ana Paula Machado, e da Promotora Especializada nos Direitos do Consumidor, Dra. Euza Missano, ajuizou, em 16 de junho, Ação Civil Pública de Dissolução Judicial da Sociedade Afro-Sergipana de Estudos e Cidadania (SACI) por estar desativada há mais de três anos.

A notícia acima foi publicada pelo site da Infonet no ano de 2008, ou seja, após 7 anos que foi realizado o estágio obrigatório na Instituição. O discente destacou que a entidade garantia condições de trabalho, e que o trabalho era exercido através de uma equipe interdisciplinar, e o público de seu projeto de intervenção foram as mulheres da comunidade Lazareto, que era uma das comunidades assistidas pela SACI.

A partir da análise ressalta-se que a maioria das instituições trabalham com as 3 políticas sociais: educação, saúde e assistência. Porém, nossa análise foi baseada nas informações encontradas nos relatórios de estágio obrigatório do DSS. Sendo colocado, a política em que foi focada e trabalhada durante o estágio.

¹⁹Robson Anselmo Santos, foi dirigente da Sociedade Afro-Sergipana de Estudos e Cidadania (SACI). O mesmo é conhecido por sua experiência na área de Educação, com ênfase em educação e Igualdade étnica, atuando principalmente nos seguintes temas: direitos humanos, estatuto da criança e adolescente, doutrina de proteção integral; identidade, igualdade e ações afirmativas. Tem desenvolvido processos formativos junto aos conselhos tutelares e conselhos municipais dos direitos da criança e do adolescente e Educadores Sociais em Sergipe, Alagoas, Pernambuco e Paraíba.

Quadro 21. Público alvo dos projetos de intervenção.

Nº DE ORDEM	INSTITUIÇÃO	BENEFICIÁRIOS DAS ONGS	PÚBLICO ALVO DOS PROJETOS DE INTERVENÇÃO
1	IPAESE	Criança e adolescentes Surdos de 7 a 14 anos	Próprio Usuário
2	APAE	Pessoas com deficiência intelectual e/ ou múltipla	Usuário e a Família
3	AMO	Adultos com câncer	Próprio Usuário
4	CAIXA DE GESTANTE CARENTE	Mulheres gestantes Adolescente Mães	Próprio Usuário
5	ADEWISE	Pessoas com cegueira e de visão subnormal	Próprio Usuário
6	CASA DOMESTICA DOM TÁVORA	Criança de 0 a 5 anos.	Próprio Usuário
7	EUNICE WEAVER DE ARACAJU	Adolescentes e criança.	Próprio Usuário
8	SACI	Mulheres, Homens Criança e adolescente negro	Usuária
9	LBV	Crianças, jovens, mulheres, idosos carentes	Jovem
10	APABB	Pessoas com deficiência intelectual e/ ou múltipla (Parentes de Sócios)	Próprio Usuário
11	CREESE	Portadores de necessidades educativas especiais.	Serviço Social do CREESE
12	AVOSOS	Crianças e adolescentes com câncer que são assistidos pela instituição e suas famílias	Usuário e suas famílias
13	ESFA	Alunos e pais que frequentam o externato.	Próprio Usuário
14	CAP	Pessoas com deficiência visual que buscam o centro de apoio.	Profissional

Fonte: Elaboração própria a partir de relatórios

Neste quadro acima, colocamos todas as instituições, mostrando o público de beneficiários dos serviços ofertados por elas e o público que foi alvo do projeto de intervenção dos estagiários durante o estágio obrigatório na instituição.

Os beneficiários das ONGs, como pode ser observado, no quadro 21 são, em sua maioria por pessoas em estado de vulnerabilidade social, são idosos, crianças, adolescentes grávidas, pessoas com algum tipo deficiência, crianças, adultos e idosos com câncer. São pessoas que necessitam de uma atenção do Estado, porém, como este não possui políticas públicas voltadas para elas, então procuram o apoio das ONGS para terem acesso aos serviços que tem por direito.

Sendo assim, e vendo a necessidade dessas pessoas, a maioria dos projetos de intervenção tiveram como foco o próprio usuário da instituição, e os profissionais que trabalham na mesma. Neste segundo caso se enquadra os projetos direcionados a capacitação de profissionais vinculados à instituição. Isto ocorreu quando foi visto pelo discente que os profissionais precisavam de um treinamento para atender ao público.

Pode-se perceber que algumas instituições da sociedade civil existentes em Aracaju, antes de se constituir em uma instituição era um projeto vinculado a outra instituição. Um exemplo é a Caixa da Gestante Carente, que era um projeto da Casa da Doméstica. Chama atenção que algumas instituições bastante conhecidas, como é o caso do Grupo de Crianças com Câncer (GACC) e a Creche Almir do Picolé, não foram identificados relatórios de estágio encontrados durante o período de coleta de dados no DSS. Outro questionamento formulado, a que se daria essa ausência nessa instituição citadas? Acredita-se que uma das razões é não ter assistente social nas respectivas instituições, uma das exigências para o estágio curricular obrigatório. Ou há alguma dificuldade no acesso do estágio curricular obrigatório nas mesmas? Ou os profissionais não aceitam estagiários?

Quadro 22. Atividades realizadas pelos estagiários.

Nº DE ORDEM	INSTITUIÇÃO	ATIVIDADES REALIZADAS NA INSTITUIÇÃO
1	IPAESE	Orientação; diagnóstico de fatores social cultural e econômico através de entrevista e visitas domiciliares etc.
2	APAE	Visita domiciliar, encaminhamento, palestra sócio educativa, eventos culturais, cadastramento, reuniões com familiar etc.
3	AMO	Encaminhamentos BPC, reuniões; visita domiciliar, orientação sobre a instituição etc.
4	ADEWISE	Visitas domiciliar, entrevistas, reuniões.
5	CAIXA DE GESTANTE CARENTE	Visitas domiciliar, reuniões, palestras, cursos de capacitação, orientação e trabalho em grupo.
6	CASA DA DOMÉSTICA	Triagem orientação, promoção de reuniões e palestras, cadastro etc.
7	EUNICE WEAVER DE ARACAJU	Visitas domiciliares, atendimento individual e em grupos, trabalha entre redes etc.
8	SACI	Orientação, reuniões, palestra, cadastro, visitas etc.
9	LBV	Orientar, avaliar, coordenar e executar os programas da instituição, triagem, diagnóstico e encaminhamentos.
10	APABB	Reunião das instituições, reunião com os sócios, participação e planejamento do dia do lazer etc.
11	CREESE	Envio de convocações, realização de cadastros dos usuários responsáveis por usuários dos serviços da instituição, cadastros dos usuários, levantamento de dados estatísticos acerca da quantidade de crianças e jovens cadastrados etc.
12	ESFA	Atividades pedagógicas
13	CAP	Atividades pedagógicas, terapêuticas e sociais.
14	AVOSOS	Visitas domiciliares e hospitalares, conversas com pacientes, famílias, encaminhamentos e orientações sobre seus direitos.

Fonte: Elaboração própria a partir de relatórios

Segundo Guerra (2007), a instrumentalidade é uma propriedade e/ou capacidade que a profissão vai adquirindo na medida em que concretiza objetivos. Ela possibilita que os profissionais objetivem sua intencionalidade em respostas profissionais. É por meio desta capacidade, adquirida no exercício profissional, que os assistentes sociais modificam, transformam, alteram as condições objetivas e subjetivas e as relações interpessoais e sociais existentes num determinado nível da realidade social: no nível do cotidiano.

...no horizonte do exercício profissional: no cotidiano das classes vulnerabilizadas, em termos de modificar empiricamente as variáveis do contexto social e de intervir nas condições objetivas e subjetivas de vida dos sujeitos (visando a mudança de valores, hábitos, atitudes, comportamento de indivíduos e grupos). É no cotidiano — tanto dos usuários dos serviços quanto dos profissionais — no qual o assistente social exerce sua instrumentalidade, o local em que imperam as demandas imediatas, e consequentemente, as respostas aos aspectos imediatos, que se referem à singularidade do eu, à repetição, à padronização. O cotidiano é o lugar onde a reprodução social se realiza através da reprodução dos indivíduos (NETTO, 1987), por isso um espaço ineliminável e insuprimível. As singularidades, os imediatismos que caracterizam o cotidiano, que implicam na ausência de mediação, só podem ser enfrentados pela apreensão das mediações objetivas e subjetivas (tais como valores éticos, morais e civilizatórios, princípios e referências teóricas, práticas e políticas) que se colocam na realidade da intervenção profissional. (GUERRA, 2007, p.6)

No quadro 22 aparecem os instrumentais utilizados tanto pelos assistentes sociais da instituição, como também utilizados pelo estagiário para atender os usuários dos serviços.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A proposta elencada por essa pesquisa, no qual teve por objetivo geral analisar o estágio curricular obrigatório nas ONGs, a partir dos relatórios de estágios dos discentes de Serviço Social da UFS, no período de 1995-2017, possibilitou adentrar em uma discussão relevante sobre as ações dos profissionais dentro das instituições sem fins lucrativos. De forma geral o objetivo foi alcançado, apesar das dificuldades encontradas com relação a algumas informações descritas de forma sucinta, ou ainda os relatórios não citavam quais eram as suas atividades que desempenhavam na instituição.

Ao concluir todas as fases do processo de mapeamento, no qual registou 32 relatórios produzidos sobre as ONGs entre os anos de 1995-2017, chegou-se à conclusão de que as demandas são imediatas, superficiais e burocráticas nestas instituições em que o Assistente Social está inserido e que têm contribuído para a realização de um trabalho paliativo. Desta forma, supõe que os relatórios de estágio realizado nesses espaços sócio ocupacionais apresentem uma compreensão sobre as competências e atribuições do assistente social nas instituições do terceiro setor. No entanto, percebe-se um exercício profissional exclusivamente técnico sem articulação sólida com os outros segmentos profissionais das instituições.

Teve-se dentro da proposta da pesquisa, três objetivos específicos, primeiro era “Contextualizar sobre o terceiro setor no geral, no Brasil e em Sergipe”. Para tanto sucedeu uma breve recapitulação histórica sobre a existência do Terceiro Setor, como chegou no Brasil e uma sucinta descrição em Sergipe, especificamente, em Aracaju a capital, pois não se pode compreender totalmente a configuração, sem adentrar no processo histórico inserido no capitalismo.

Outro objetivo específico foi “Captar as concepções do Serviço Social e as ONGS” onde houve o breve relato acerca do Serviço Social e as ONGs mostrando a atuação deste profissional neste espaço sócio ocupacional. Dos 32 relatórios analisados, foram extraídas as atividades que são realizadas nessas instituições.

O último objetivo foi “Contextualizar o estágio no geral, no DSS nas instituições não governamentais de acordo com as demandas apresentadas às instituições e ao Serviço Social”. Algumas dificuldades para extrair informações foram encontradas, pois parte dos relatórios citavam os instrumentais usados com frequência, mas não descreviam de que forma eram

utilizados. Outros, no entanto, apresentaram informações pertinentes sobre as atividades desenvolvidas pelo Serviço Social. Os itens dos relatórios que mais ofereceram dados correspondem as descrições dos projetos de intervenção, por ser um requisito do relatório de estágio III. Após as análises realizadas, visualizou o projeto com algumas discussões, envolvido com as demandas dos usuários, o papel do Serviço Social na instituição de que forma estavam sendo realizado os serviços. Além do debate sobre formação profissional e até mesmo sobre a prática de estágio. Em alguns relatórios destacou-se a execução de atividades meramente burocráticas.

Sobre o último objetivo, elenca-se que os relatórios devem apresentar em seu conteúdo mais descrições sobre as demandas do Serviço Social nas instituições, atividades desenvolvidas no estágio, e avaliações do processo de estágio, contextualizando o debate das ações e atividades desenvolvidas pelo discente nas ONGs, bem como a articulação com as dimensões do projeto ético político da profissão. Apesar desse ponto, esse objetivo específico também alcançamos.

No entanto, não se pode afirmar que todos os discentes que desempenham o estágio curricular obrigatório em Serviço Social da Universidade Federal de Sergipe, nas instituições sem fins lucrativos (ONGs), vêm desenvolvendo suas atividades de estágio com consonância com projeto ético político da profissão.

Isso requereria uma pesquisa com maior delimitação do recorte, ou mesmo uma pesquisa empírica com os discentes que produziram os relatórios nos seus respectivos campos de estágio. Um outro modo era aprofundar o debate sobre quais são as atribuições e competência do assistente social nos espaços sócio ocupacionais.

Por fim conclui-se salientando que na atual conjuntura, o Serviço Social é desafiado a todo momento a repensar as formas de intervir no exercício profissional é interposto por demandas subdivididas que constantemente se apresentam de forma precipitada, espontânea e heterogênea. Diante disso a utilização da dimensão investigativa torna-se necessária para a construção de uma intervenção profissional qualificada com a articulação entre as três dimensões fundamentais. Atribuir uma formação profissional qualificada e no processo de educação constante, é um enorme desafio, por conta da atual conjuntura que vivemos de mercantilização do ensino, mas que precisa ser reafirmada diariamente pela categoria.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMIDES, M. B. C. **O ensino do trabalho profissional: o estágio na formação profissional.** Palestra proferida na oficina da Região Sul II- Gestão 2003-2004 ABEPSS. São Paulo, 2003.

ALMEIDA, A.; CARLA, P. S. **A Expansão dos Cursos de Graduação em Serviço Social no Nordeste Brasileiro em Tempo de Capitalismo Neoliberal.** 2013. 100 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Universidade Federal de Sergipe. São Cristóvão, 2013.

ALVES – A. M. **Terceiro Setor: as origens do conceito.** 2002. Disponível em: http://www.ufjf.br/virgilio_oliveira/files/2014/10/01-b-Alves-2002.pdf- acesso 04 de julho de 2018.

ASHOKA. **Empreendedorismo Social.** 2015. Disponível em: <http://brasil.ashoka.org/empreendedores-sociais>> Acesso em 25 de julho de 2018.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL – ABEPSS. **Política Nacional de Estágio da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social.** 2009 – Disponível em: http://arquivos.mp.pb.gov.br/psicosocial/servico_social/politica_nacional_estagio.pdf.> Acesso em: 18 agosto. 2018.

BRASIL. Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato20112014/2012/lei/112711.htm> Acesso em: 09/04/16.

_____. Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Governo Federal. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm> Acesso em 21/02/2016.

_____, Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007. Institui o Programa de Apoio o Plano de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – REUNI.

BRAZ, M.; NETTO, J. P. **Economia política: uma introdução crítica.** São Paulo: Cortez, 2006.

BEHRING, E. R. **Brasil em Contra- Reforma: desestruturação do estado e perda de direitos.** São Paulo: Cortez Ed., 2003.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo.** São Paulo: Edições 70, 2011.

BITTENCOURT, I. M. et al. Empreendedorismo Social, seus pressupostos e sua aplicação no desenvolvimento de competências. **Investigação Qualitativa em Ciências Sociais**, v.3, n.1, p.102-107, 2015.

BRASIL. **Lei nº 11.788**, de 28 de setembro de 2008. Disponível: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/111788.htm>. Acesso em: 07 de agosto. 2018.

_____. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. **Resolução CFESS nº. 533**, de 29 de setembro de 2008. Regulamenta a Supervisão Direta de Estágio no Serviço Social.

BRITO, A. D e COSTA, A. C. C. **Relatório final de Estágio Supervisionado em Serviço Social**. São Cristóvão-se.UFS,2002.

CARVALHO, D. N. de. **Gestão e Sustentabilidade**: um estudo multicasos em ONGs ambientalistas em Minas Gerais. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Minas Gerais, Centro de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração. Belo Horizonte, 2006. Disponível em <http://www.bibliotecadigital.ufmg.br/dspace/bitstream/handle/1843/CSPO-6VDHWP/m04032006dndc_debora.pdf;sequence=1> Acesso em 06 de agosto de 2018.

COMINI, G. M. **Negócios sociais e inovação social**: um retrato de experiências brasileiras. 2016, 166p. Tese (Livre Docência em Administração) – Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. **Cartilha Estágio Supervisionado**: meia formação não garante um direito. Brasília. 2013. Disponível em <http://www.cfess.org.br/arquivos/BROCHURACFESS_ESTAGIO-SUPERVISIONADO.pdf> Acesso em 29 de julho. 2018.

_____, **Subsídios para a atuação de assistentes sociais na política de educação**. 2011

_____, **Parâmetro para atuação de assistentes sociais na política de assistência social**. 2011.

_____, **Parâmetro para atuação de assistentes sociais na política de saúde**. 2010.

ELKINGTON, J.; HARTIGAN, P. **The power of unreasonable people**. How social entrepreneurs create markets that change the world. Boston, Massachusetts: Harvard Business Press, 2008.

FÉLIX, R. G. **A questão da sustentabilidade e o terceiro setor**. Artigos da Comunidade de Administração. Disponível em <http://www.administradores.com.br/artigos/cotidiano/a-questao-da-sustentabilidade-e-o-terceiro-setor/37769/> Acesso em 15 de Agosto de 2018.

FERREIRA, M. O. S. et al. **Desenvolvendo o potencial empreendedor de trabalhadores informais de um shopping popular na cidade de Maceió- AL**. Organização do Evento, p. 143.

FERNANDES, R. C. Et ali; Terceiro Setor; Desenvolvimento social Sustentado. São Paulo, GIFE/Paz e Terra, 1997.

GUERRA, Y. **A instrumentalidade no trabalho do assistente social**. Disponível em: <<http://canaldoassistentesocial.com.br/wp-content/uploads/2018/04/instrumentalidade-e-ss.pdf>> .Acesso em: 02 de Set.2018.

GIL, A.C. Métodos e técnicas em pesquisa social. 6.ed. São Paulo: Atlas, 2008.

IAMAMOTO, M. V. Reforma do Ensino Superior e Serviço Social. In: Temporalis/Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social. Brasília. V.1. N. 1, p.35-79, 2000.

_____, M. V. **O serviço social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. 5 Ed. São Paulo: Cortez, 2001.

_____,. **Serviço social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social**. 3 Ed. São Paulo: Cortez, 2003.

_____, M. V. O serviço social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional. 26. ed. São Paulo: Cortez, 2015.

LEWGOY, A. M. B. **O Estágio supervisionado em serviço social: desafios e estratégias para a articulação entre formação e exercício profissional**. **Revista Temporalis**, Brasília: ABEPSS, n. 25, p. 63-90, jan./jun. 2011.

MONTAÑO, C. E. **O serviço social frente ao neoliberalismo: mudanças na sua base de sustentação funcional-ocupacional**. In: Serviço Social e Sociedade. N.53. São Paulo: Ed. Cortez, 1997.

_____. **Terceiro setor e questão social; crítica ao padrão emergente de intervenção social**. São Paulo: Cortez, 2002.

_____, . **O projeto neoliberal de resposta à questão social e a funcionalidade do terceiro setor**.

Disponível em http://www.pucsp.br/neils/downloads/v8_carlos_montano.pdf

_____, . **Terceiro setor e questão social: crítica ao padrão emergente de intervenção social**. São Paulo: Cortez, 2007.

_____, . A natureza do Serviço Social: um ensaio sobre sua gênese, a “especificidade” e sua reprodução/ Carlos Montaña. 2 Ed. – São Paulo: Cortez, 2009.

MONJE-REYES, P. Economia solidária, cooperativismo y descentralización: la gestión social posta em práctica. **Cadernos EBAPE**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 3, p. 704-723, 2011.

MESTRINER, M. L. **O Estado entre a filantropia e a assistência social/** Maria Luiza Mestriner. 2 Ed. – São Paulo, Cortez, 2005.

MINISTÉRIO PÚBLICO DE SERGIPE. **Cartilha de prestação de contas das entidades do terceiro setor.**

Disponível em:

<http://www.cge.se.gov.br/images/arquivos/orientacao/MROSC/Cartilha%20de%20Prestacao%20de%20Contas%20-%20MROSC.pdf>. Acesso em 29 de julho de 2018.

NETTO, J. P. Reforma do Estado e Impactos no Ensino Superior. In: Temporalis/ Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social. Brasília. V.1. N. 1, p.11-33, 2000.

_____. **Capitalismo monopolista e Serviço Social.** São Paulo, Cortez, 1992

_____. **Introdução ao estudo do método de Marx.** 1. Ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

_____. **Capitalismo monopolista e serviço social.** São Paulo: Cortez, 2001.

ONGs

BRASIL

<http://www.ongsbrasil.com.br/default.asp?Pag=1&Destino=Instituicoes&Estado=SE&cidade=Aracaju&bairro=&zona=&PageNo=8>, acesso 22 de agosto de 2018.

OLIVEIRA, N. C. R. **Relatório final de Estágio Supervisionado em Serviço Social.** São Cristóvão-se.UFS, 2017.

PORFIRIO, S. **O trabalho do/a Assistente Social nas ONG's a partir das demandas, possibilidades, e desafios para a intervenção profissional.** Trabalho de Conclusão de Curso – TCC pela Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2016. Disponível em <<https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/169866/TCC%20Simone%20Porf%C3%ADrio.pdf?sequence=1>> Acesso em 06 de agosto de 2018.

PEREIRA, M. **Organizações Não- governamentais.** Disponível em <http://www.institutofonte.org.br/sites/default/files/Livro%20Gest%C3%A3o%20Para%20Organiza%C3%A7%C3%B5es%20N%C3%A3o%20Governamentais%20-%202013.pdf>. > Acesso em 26 de maio de 2018.

ROCHA, H. A. **Relatório final de Estágio Supervisionado em Serviço Social.** São Cristóvão-se.UFS, 2002.

SILVA, A. V. D. **Como empreendedores sociais constroem e mantêm a sustentabilidade de seus empreendimentos.** 2009.

SILVA, L. L. **O trabalho do assistente social no “terceiro setor”**: a superação das dificuldades e a construção de caminhos. Dissertação de Mestrado pela Universidade Pontifícia Católica de São Paulo. São Paulo, 2008. Disponível em <<http://livros01.livrosgratis.com.br/cp071438.pdf>> Acesso em: 06 de agosto de 2018.

SILVA, A. R.; SOUSA, L. F. F.; SOUSA, E. G. TomsShoes: O Empreendedorismo Social Analisado a partir de Práticas Sociais do Setor Privado. **Revista Gestão & Planejamento**, v. 17, n. 2, p. 383-394, 2016.

SANTOS, C. M., ABREU, M. H. E. Os impactos da Política Nacional de Estágio na Formação Profissional frente à Universidade neoliberal In: **Revista Em Pauta** nº 27. Rio de Janeiro: FSS/UERJ, 2011.

Disponível em:

<<http://www.epublicacoes.uerj.br/index.php/revistaempauta/article/view/2502/1936>> Acesso em: 19 de agosto. 2018.

SILVA, R. S. da. **A formação profissional crítica em serviço social inserida na ordem do capital monopolista**. Revista Serviço Social & Sociedade, São Paulo, Cortez, nº 103, p. 405-432, 2010.

SILVA e SILVA, M. O. YAZBECK, M.C. GIOVANNI, G. **A política Social Brasileira no Século XXI**: A prevalência dos programas de transferência de renda. 7. ed. São Paulo: Cortez Editora, 2014.

SANTOS, A. **A política de educação no brasil: implantação do serviço social escolar**. Disponível em: <<https://meuartigo.brasilecola.uol.com.br/educacao/a-politica-educacao-no-brasil-implantacao-servico-.htm>>. Acesso em: 02 de set. 2018.

UFS. https://www.sigrh.ufs.br/sigrh/public/colegiados/filtro_busca.jsf?jsessionid=F084092EDDB846C0953FBAC9F5F98ABA.cardeal1 , acesso 29 de agosto de 2018.

VITULLO, E. G. **A ideologia do “terceiro setor”**: ensaios crítico/organizador Gabriel Eduardo Vitullo. – Natal, RN. Edufrn, 2012

APÊNDICES -A

Roteiro para análise dos Relatórios de Estágio

Pesquisa documental

Dados gerais

- 1- Autor
- 2- Ano
- 3- Supervisor acadêmico
- 4- Supervisor técnico
- 5- Instituição do estágio
- 6- Título do projeto de intervenção
- 7- Política social prioritária operacionalizada pela instituição
- 8- Políticas sociais que mantêm relação
- 9- Público alvo
- 10- Equipe profissional/ componentes

Dados específicos

- 1- Relação entre o projeto de intervenção e as atividades desenvolvidas pelo/a discente
- 2- Atividades executadas pelo/a estagiário/a
- 3- Característica do público-alvo da instituição
- 4- Avaliação que o estagiário faz do seu estágio, em especial sobre o fazer profissional.

APÊNDICES – B

QUADRO DE TABULAÇÃO DOS RELATÓRIOS

TABELA DE TABULAÇÃO DOS RELATÓRIOS									
Nº	INSTITUIÇÃO	ESTAGIÁRIO	SUPERVISOR ACADÊMICO	SUPERVISOR DE CAMPO	POLÍTICA INSERIDA	PROJETO DE INTERVENÇÃO	ATIVIDADE	USUÁRIO	ANO
1	IPAEE	Tatiana Silva Santos	Marlene dos Santos Alves	Marlene dos Santos Alves	Educação	Inserção do Surdo no Mercado de Trabalho; Limites e Possibilidade.	Orientação; diagnóstico de fatores social cultural e econômico através de entrevista e visitas domiciliares etc.	Criança e adolescentes Surdos de 7 a 14 anos	2006
2	APAE	Ana Elizabete Santos	Ana Maria V. Melo	Maria Ester de M. Calasans	Política da Saúde e Educação	Deficiência Mental; Inclusão Social e Cidadania.	Visita domiciliar, encaminhamento, palestra sócio educativa, eventos culturais, recadastramento, reuniões com familiar etc.	Criança Adolescente Adultos.	2008
3	APAE	Liliane dos Santos Siqueira	Liliádia da Silva O. Barreto	Carla Vanessa do Nascimento	Política da Saúde e Educação	A Família e sua Importância no Desenvolvimento Profissional da Pessoa com Deficiência Mental	Visita domiciliar, encaminhamento, palestra sócio educativa, eventos culturais, recadastramento, reuniões com familiar etc.	Criança Adolescente Adultos	2008
4	AMO	Elaine de Jesus Santana	Michelle Marry C. Campos	Leila Carla Santos de Melo	Política da saúde e da Assistência	A Amo em Minha Casa: Acompanhamento Sócio Familiar aos Assistidos no Tocante Tratamento do Câncer, bem como para o conhecimento de uma cultura de cidadania	Encaminhamentos BPC, Reuniões; Visitas domiciliar, orientação sobre a instituição etc.	Adultos Homens Mulheres Com Câncer	2009/2
5	CAIXA DE GESTANTE CARENTE	Carla Raphaella Paixão da Almeida	Maria Conceição V. Gonçalves	Maria Anizia Góes de Araújo	Política da Assistência.	A Importância do Pré – Natal	Visitas domiciliar, entrevistas, reuniões, palestras e cursos de capacitação.	Mulheres gestantes Adolescentes mães.	2006/1
6	CAIXA DE GESTANTE CARENTE	Paula Regina Costa dos Santos	Maria Conceição V. Gonçalves	Maria Anizia Góes de Araújo	Política da Assistência.	A Inserção do planejamento Familiar no plano de trabalho da caixa de gestante	Reuniões e palestras	Mulheres e adolescente mães carente de Aracaju.	2006
7	ADEWISE	Patrícia Ribeiro Lemos	Marlene dos Santos Alves	Marlene dos Santos Alves	Não identificada	Curso de Relações Humanas	Visitas domiciliar, entrevistas, reuniões.	Pessoas com cegueira e de visão subnormal	2008
8	CAIXA DE GESTANTE CARENTE	Ruth Conceição Farias Santos	Maria Conceição G. Vasconcelos	Maria Anizia Góes de Araújo	Política da Assistência	A menina que virou mãe: Adolescentes grávidas, um novo desafio para a caixa de gestante carente.	Visitas domiciliar, reuniões, palestras, cursos de capacitação, orientação e trabalho em grupo.	Mulheres gestantes e adolescente mães carente de Aracaju.	2007
9	CRECHE DOM VICENTE TÁVORA	Osória Maria Costa e Valéria Bispo de Menezes	Ana Maria V. Melo	Ana Elisa C. Fernandes	Política da Educação	Vamos manter a cheche viva	Triagem orientação Promoção de reuniões e palestra Cadastro etc.	Criança de 0 a 5 anos.	2007
10	EUNICE WEAVER DE ARACAJU	Henriqueta Udê Balde e Miraildes dos Santos Silveira	Ana Maria V. Melo e Cândida Margarida O. Matos	Meiry Ane Nei B. de Santana e Maria Auxiliadora M.	Política da Assistência	Jovem Administrador	Visitas domiciliares Atendimento individual e em grupos Trabalha entre redes etc.	Adolescentes e criança.	2007/2
11	Sociedade Afrosergipana de Estudo e Cidadania	Samai Silva Bispo	Marlene Alves	Tereza Cristina S. Maetins	Não identificada	Oborín Lailala Lailopim, Mulheres sem Fronteiras, sem Fim	Orientação Reuniões Palestra Cadastro Visitas Etc.	Mulheres Homens Criança e adolescente Negro.	2001

12	S.E.D.E.S	Ana Elisa Corrêa Fernandes	Rosângela Marques dos Santos	Eliana Santana Paes Barreto	Educação	Participar Para Dinamizar	Diagnóstico Orientação Encaminhamento Prontuário Elaboração da Cartilha da doméstica	Mulheres e patrões.	1995
13	S.E.D.E.S	Gicélia Alves Neris	Rosângela Marques dos Santos	Eliana Santana Paes Barreto	Educação	Mulher/ Mãe/Cidadã	Palestra Reuniões Cadastro	Mulheres e patrões.	1995
14	LBV	Adriana Fontes Andrade Almeida e Orlaneide Nepomuceno Figuerôa	Rosângela Marques dos Santos e Iris Aragão	Albany Mendonça	Política da assistência, educação e saúde.	Prevenir: A Busca de Uma Adolescência Sadia	Orientar Avaliar Coordenar e executar os programas da instituição Triagem Diagnóstico Encaminhamento.	Adultos Mulheres Criança Adolescente.	2000
15	EUNICE WEAVER DE ARACAJU	Meiry Ane Nei B. de Santana	Marlene dos Santos Alves	Maria auxiliadora Moura Vasconcelos	Política da assistência	Família: Uma nova incursão rumo ao resgate de sua centralidade nas ações do programa de erradicação trabalho infantil- PETI	Visitas domiciliares Atendimento individual e em grupos Trabalha entre redes etc.	Adolescentes e criança.	
16	APABB -Associação dos Pais e amigos de pessoas portadoras de deficiências dos funcionários do Banco do Brasil	Rosemeire Santos do Nascimento	Noêmia Lima Silva	Iza Conceição Leó do Prado	Assistência	Mobilização dos Sócios da APABB- Associação dos Pais e amigos de pessoas portadoras de deficiências dos funcionários do Banco do Brasil	Reunião das Instituições Reunião de Sócios da APABB Dia de lazer em comemoração ao dia internacional da pessoa portadora de deficiência Reunião das Instituições Reunião com as coordenadoras do DIEESP e as instituições Reunião com a Diretoria do Núcleo da APABB I Encontro de Assistentes Sociais / III Encontro de Núcleos da APABB. "21 de Setembro- Dia de Luta do Portador de Deficiência" II Semana dedicada à Pessoa Portadora de deficiência -"Reabilitar é resgatar a gratidão pela vida" Forum de medicina, arte, Educação e cura	Todos os sócios da APABB/Núcleo Aracaju. (Pais, familiares, amigos de pessoas portadoras de deficiência ou qualquer pessoa ligada a causa e, consequentemente, à Associação.	1998
17	CREESE -Centro de Referência de Educação Especial de Sergipe.	Meire Jane Martins	Noêmia Lima Silva	Sônia de Matos Santos	Educação e Assistência	PLANTÃO EM SERVIÇO SOCIAL NO CREESE: PRIMANDO POR UM SERVIÇO SOCIAL, QUE CONTRIBUA NO SENTIDO DE ELEVAR A QUALIDADE DO ATENDIMENTO PRESTADO AOS USUÁRIOS DEMANDATÁRIOS DOS SERVIÇOS DA INSTITUIÇÃO	Envio de convocações aos responsáveis por usuários dos serviços da instituição. Realização de anamneses sociais. Realização de catamneses sociais. Realização de cadastros dos usuários. Levantamento de dados estatísticos acerca da quantidade de crianças e jovens cadastrados, que estavam aguardando convocação para anamnese social. Realização de encaminhamentos	Portadores de necessidades educativas especiais.	1999

							Participação em reuniões gerais na instituição, nas quais estavam presentes todos os profissionais das diversas áreas de conhecimento que compõem o quadro profissional do CREESE, a coordenadora geral do CREESE e a diretora.		
18	AVOSOS- Associação dos Voluntários a Serviço da Oncologia	MARIA DA CONCEIÇÃO BATISTA SOUZA-	Clarissa Andrade Carvalho	Valeria Ferreira de Sant' ana	Política de Saúde	PROGRAMA "FADA MADRINHA": CHEGOU A HORA DE TROCAR	Organização de grupo de jovens e adolescentes, reuniões com as mães e acompanhantes, auxílio na capacitação de voluntários, elaboração de projetos e organização de eventos, realização de visitas domiciliares e hospitalares.	Crianças e adolescentes com câncer que são assistidos pela instituição e suas famílias	2001
19	AVOSOS- Associação dos Voluntários a Serviço da Oncologia	SANDY REGINA R.DE BRITO	Clarissa Andrade Carvalho	Valeria Ferreira de Sant' ana	Política de Saúde	CONSTRUINDO A CIDADANIA COM CRIANÇAS E ADOLESCENTES DA CASA DE APOIO À CRIANÇA COM CÂNCER " TIA RUTH"	Organização de grupo de jovens e adolescentes, reuniões com as mães e acompanhantes, auxílio na capacitação de voluntários, elaboração de projetos e organização de eventos, realização de visitas domiciliares e hospitalares.	Crianças e adolescentes com câncer que são assistidos pela instituição e suas famílias	2002
20	AVOSOS- Associação dos Voluntários a Serviço da Oncologia	ANDRÊA FERREIRA MENEZES	Clarissa Andrade Carvalho	Valeria Ferreira de Sant' ana	Política de saúde	QUALIDADE DE VIDA- EDUCAÇÃO À COMUNIDADE-	Organização de grupo de jovens e adolescentes, reuniões com as mães e acompanhantes, auxílio na capacitação de voluntários, elaboração de projetos e organização de eventos, realização de visitas domiciliares e hospitalares.	Crianças e adolescentes com câncer que são assistidos pela instituição e suas famílias	2001
21	AVOSOS- Associação dos Voluntários a Serviço da Oncologia	KARINA FERNANDES-	Clarissa Andrade Carvalho e Eliana Marcos	Valeria Ferreira de Sant' ana	Política de saúde	ACOMPANHANDO ACOMPANHANTES E PACIENTES ONCOLÓGICOS	Organização de grupo de jovens e adolescentes, reuniões com as mães e acompanhantes, auxílio na capacitação de voluntários, elaboração de projetos e organização de eventos, realização de visitas domiciliares e hospitalares.	Crianças e adolescentes com câncer que são assistidos pela instituição e suas famílias	2000-2001
22	EXTERNATO SÃO FRANCISCO DE ASSIS.	MARIA ELENILZA SILVA SANTOS				EDUCANDO COM A FAMÍLIA		Alunos e pais que frequentam o externato.	2001
23	CASA DOMESTICA " DOM JOSE VICENTE TÁVORA" CRECHE DOM TAVORA E JARDIM DE INFANCIA EUVALDO DINIZ GONÇALVES	ALBA CRISTIANE DA CRUZ COSTA E ALESSANDRA DIAS BRITO	Ana Maria Vasconcelos Melo e Maria Cecília Tavares	Ana Elisa C.Fernandes	Não informado- identificado que foi trabalhado a educação	AMPLIANDO HORIZONTES	Reuniões pedagógicas Visita a salas de aulas Organização de encontro Conversas com os professores	Crianças e adolescentes com câncer que são assistidos pela instituição e suas famílias	2002
24	CAP (CENTRO DE APOIO PEDAGOGICO PARA ATENDIMENTO ÀS PESSOAS COM DEFICIENCIA VISUAL)	HELENILDA ACIOLE DA ROCHA	Marlene dos Santos Alves	Não identificado	Política de educação	UMA TRILHA SENSORIAL PARA A EDUCAÇÃO ESPECIAL		Pessoas com deficiência visual que buscam o centro de apoio.	2002
25	CASA DOMESTICA " DOM JOSE VICENTE TÁVORA" CRECHE DOM TAVORA E JARDIM DE INFANCIA EUVALDO DINIZ GONÇALVES	ANA PAULA SANTOS MELO E VANDERLAINE CRUZ MENEZES	Ana Maria Vasconcelos Melo	Ana Elisa C. Fernandes	Política de educação	AMPLIANDO HORIZONTES II	Reuniões pedagógicas Visita a salas de aulas Organização de encontro Conversas com os professores	Filhos das empregadas domesticas cadastradas.	2003-2004
26	AVOSOS- Associação dos Voluntários a Serviço da Oncologia	VIVIANE BARRETO MELO	Nadja Leite Diniz	Maria Conceição Batista Souza	Política de Assistência social	"VIVER É VENCER "	Organização de grupo de jovens e adolescentes, reuniões com as mães e acompanhantes, auxílio na capacitação de voluntários, elaboração de projetos e organização de eventos, realização de visitas domiciliares e hospitalares.	Crianças e adolescentes com câncer que são assistidos pela instituição e suas famílias	2004

27	AVOSOS- Associação dos Voluntários a Serviço da Oncologia	EDLA SÁBITA PEREIRA DE ANDRADE.	Nadja Leite Diniz	Maria Conceição Batista Souza	Política de Assistência social	AVOSOS NO COTIDIANO DO INTERNAMENTO HOSPITALAR	Organização de grupo de jovens e adolescentes, reuniões com as mães e acompanhantes, auxílio na capacitação de voluntários, elaboração de projetos e organização de eventos, realização de visitas domiciliares e hospitalares.	Crianças e adolescentes com câncer que são assistidos pela instituição e suas famílias	2004
28	CASA DOMESTICA “DOM JOSE VICENTE TÁVORA” CRECHE DOM TAVORA E JARDIM DE INFANCIA EUVALDO DINIZ GONÇALVES.	ANA LUIZA SALGADO OLIVEIRA, CANDICE MORAES LISBOA E VIVIAN ANDRADE CORREIA	Ana Elisa Corrêa Fernandes	Ana Elisa Corrêa Fernandes	Política de educação.	“O EMPREGO DOMESTICO NO MUNDO DO TRABALHO”	Triagem, orientação, reuniões promoção de palestras etc	Filhos das empregadas domesticas cadastradas.	2004
29	CASA DOMESTICA “DOM JOSE VICENTE TÁVORA” CRECHE DOM TAVORA E JARDIM DE INFANCIA EUVALDO DINIZ GONÇALVES	ANA LÚCIA DOS SANTOS EVANGELISTA E CLÁUDIA ANDRADE DANTAS CERQUEIRA.	Ana Maria Vasconcelos Melo	Ana Elisa Corrêa Fernandes	Não informado Educação	VIVER É, ACIMA DE TUDO, RELACIONAR-SE: A IMPORTÂNCIA DO TRABALHO INTERDISCIPLINAR ENTRE FAMÍLIA-CRIANÇA-INSTITUIÇÃO PARA O FORTALECIMENTO DA FUNÇÃO SOCIAL DA CRECHE	Triagem, orientação, reuniões, promoção de palestras etc.	Filhos das empregadas domesticas cadastradas.	2004
30	APAE (ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS EXCEPCIONAIS)	CARLA VANESSA DO NASCIMENTO	Nadja Leite Diniz	Anair Santos Viana	Política de Assistência.	PROJETO FAMÍLIA: UMA BUSCA NA EVOLUÇÃO DA CRIANÇA	Visita domiciliar, encaminhamentos, palestra sócio educativa, reuniões com familiar etc.	Crianças portadoras de necessidades especiais que frequentam a instituição.	2004
31	AVOSOS- Associação dos Voluntários a Serviço da Oncologia	DANIELE DE OLIVEIRA SANTANA				NA HORA DO SONO	Organização de grupo de jovens e adolescentes, reuniões com as mães e acompanhantes, auxílio na capacitação de voluntários, elaboração de projetos e organização de eventos, realização de visitas domiciliares e hospitalares.	Crianças e adolescentes com câncer que são assistidos pela instituição e suas famílias	2005
32	AVOSOS- Associação dos Voluntários a Serviço da Oncologia	Narla Carine Reis de Oliveira	Maria Conceição Almeida Vasconcelos	Sara Monica Andrade de Melo	Política de Saúde	O Programa bolsa familia e as usuárias das AVOSOS: Socializando informações.	Visitas domiciliares e hospitalares, conversas com pacientes, famílias, encaminhamentos e orientações sobre seus direitos.	Crianças e adolescentes com câncer que são assistidos pela instituição e suas famílias	2016

Nº

AVALIAÇÃO

1

A discente diz que para realizar as atividades na instituição e ter um bom relacionamento com o usuário ela fez um curso de libras durante 3 meses, dessa forma conseguiu interagir com o usuário da instituição, que o estágio foi enriquecedor. Que é no estágio que utilizamos a teoria e a pratica.

PUBLICO ALVO DO PROJETO INTERVENÇÃO
O próprio usuário da instituição.

2	Não identificado	Funcionários das empresas que contribuir na instituição.
3	A estagiaria diz que conseguiu seu objetivo que foi através do projeto de intervenção fez uso de instrumento e o estágio foi de grande importância mesmo com as dificuldades.	Familiares do usuário.
4	A discente destaca a utilização dos instrumentos operativos na execução do projeto. Que sem o estágio é impossível perceber como teoria e pratica andam juntos.	Usuário portadores do câncer e familiares ou acompanhante.
5	A estagiária destacou que o conhecimento visto em sala de aula foi de suma importância para seu estágio, na avaliação da discente a mesma não cita o a técnica operativa da profissão.	Usuário da própria instituição.
6	A discente mesmo realizado alguns crítica, diz que foi uma experiência útil para a construção de uma visão crítica.	Os próprios usuário / gestantes e mães
7	A discente diz que o estágio foi de grande aprendizado por conseguir utilizar as três dimensões do projeto político da profissão, principalmente o instrumento técnico-operativo	Diretoria, conselho fiscal, coral da 3ª visão, participantes dos cursos promovido pela ADEVISE.
8	A discente relata que não tem sala própria para o atendimento individual e a falta de alguns materiais para utiliza em reuniões e palestra. Segundo a estagiaria ela tinha autonomia para desenvolver suas atividades dentro da instituição, isso com o apoio da supervisora técnica, a mesma diz que o estágio foi um grande aprendizado para sua formação, no entanto relata que não se identificou com o local do estágio, prejudicado assim o seu desenvolvimento profissional.	As adolescentes grávidas
9	A discente relata que diante da conjuntura que vivemos o estágio curricular na instituição escolhida foi de grande enriquecimento para a sua vida profissional, principalmente o trabalho interdisciplinar.	Pais das crianças e a sociedade Aracajuana como todo.
10	O discente relata que foi de uma suma importância estagia em uma ONG'S, percebendo-o a diferença da administração direta e uma empresa da sociedade civil, percebendo ele a precarização do campo sócio ocupacional. No entanto o mesmo deixa claro que a teoria é diferente da pratica.	Adolescentes e jovem
11	A discente diz que a entidade garante condições de trabalho, os projetos são desenvolvidos através de equipe interdisciplinar, a mesma relata que o estágio deu segurança no aprendizado do fazer profissional fora da vida acadêmica, no entanto ela não cita as dimensões do Serviço social, apesar de utiliza os instrumentos técnico operativo na construção do projeto.	Mulheres da comunidade lazareto, que são assistidas pela entidade.
12	Foi verificado na avaliação da discente, que a mesma relatou a falta de estrutura da sala do serviço social para a atender a “clientela” o usuário, no entanto ela relata que o estágio possibilitou aplicar na pratica os embasamentos teóricos adquiridos em	Doméstica e patrões cadastrado na instituição, ou seja, o próprio usuário.

- 13 sala.
As técnicas e instrumentos aprendidos na parte teórica dos cursos tem uma positiva contribuição, instrumento entrevistas, elaboração de plano de trabalho, relatórios, com essas informações o programa poderá da continuidade. Programa caixa de gestante carente. Usuário da própria instituição
- 14 A discente relata que o estágio é de grande relevância, onde a mesma pode utiliza o conhecimento teórico/operativo. Onde diz que tiro qualquer dúvida que tinha referente à profissão. Adolescente gestante de 13 a 20 anos
- 15 Estagiaria se identificou com área e local de estágio, fez uso das dimensões técnica operativa. No entanto a mesma não relaciona teoria e pratica, acha se não fosse a pratica não saberia o fazer profissional. Família dos usuários.

INSTITUIÇÕES	Nº DE VEZES QUE FORAM CAMPO DE ESTÁGIO
AVOSOS	8
APABB	1
CREESE	1
LBV	1
APAE	3
EXTERNATO SÃO FRANCISCO DE ASSIS	1
CASA DOMESTICA “ DOM JOSE VICENTE TAVORA	6
S.E.D.E.S	2
AMO	1
CAIXA DE GESTANTE CARENTE	3
CAP	1
EUNICE WEAVER DE ARACAJU	2
ADEWISE	1
Sociedade Afrosergipana de Estudo e Cidadania	1
TOTAL	32

SUPERVISORES DE CAMPO	QUANTIDADE TOTAL DE SUPERVISÃO
Marlene dos Santos Alves	2
Maria Ester de M. Calasans	1
Carla Vanessa do Nascimento	1
Leila Carla Santos de Melo	1
Maria Anizia Góes de Araújo	3
Ana Elisa C. Fernandes	1
Meiry Ane Nei B. de Santana	1
Maria Auxiliadora M. Vasconcelos	2
Tereza Cristina S. Maetins	1
Eliana Santana Paes Barreto	1
Albany Mendonça	1
Iza Conceição Leó do Prado	1
Sônia de Matos Santos	1
Valeria Ferreira de Sant' ana	4
Ana Elisa C.Fernandes	4
Anair Santos Viana	1
Sara Monica Andrade de Melo	1
Maria Conceição Batista Souza	2
NÃO INFORMADO	3

ESTAGIÁRIO	TOTAL
MASCULINO	1
FEMININO	39
-	40

POLÍTICAS	TOTAL
SAÚDE	10
ASSISTÊNCIA	12
EDUCAÇÃO	11
NÃO IDENTIFICADA	4
MAIS DE UMA POLÍTICA UTILIZADA	5

INSTITUIÇÕES ENCONTRADAS	QUANTIDADE TOTAL
-	14

SUPERVISORES ACADÊMICO	QUANTIDADE TOTAL DE SUPERVISÃO
Noêmia Lima Silva	3
Clarissa Andrade Carvalho	4
Eliana Marcos	1
Ana Maria Vasconcelos Melo	6
Maria Cecília Tavares	1
Marlene dos Santos Alves	5
Nadja Leite Diniz	3
Maria Conceição Almeida Vasconcelos	4
Liliádia da Silva O. Barreto	1
Michelle Marry C. Campos	1
Cândida Margarida O. Matos	1
Rosangela Marques dos Santos	3
Íris Aragão	1